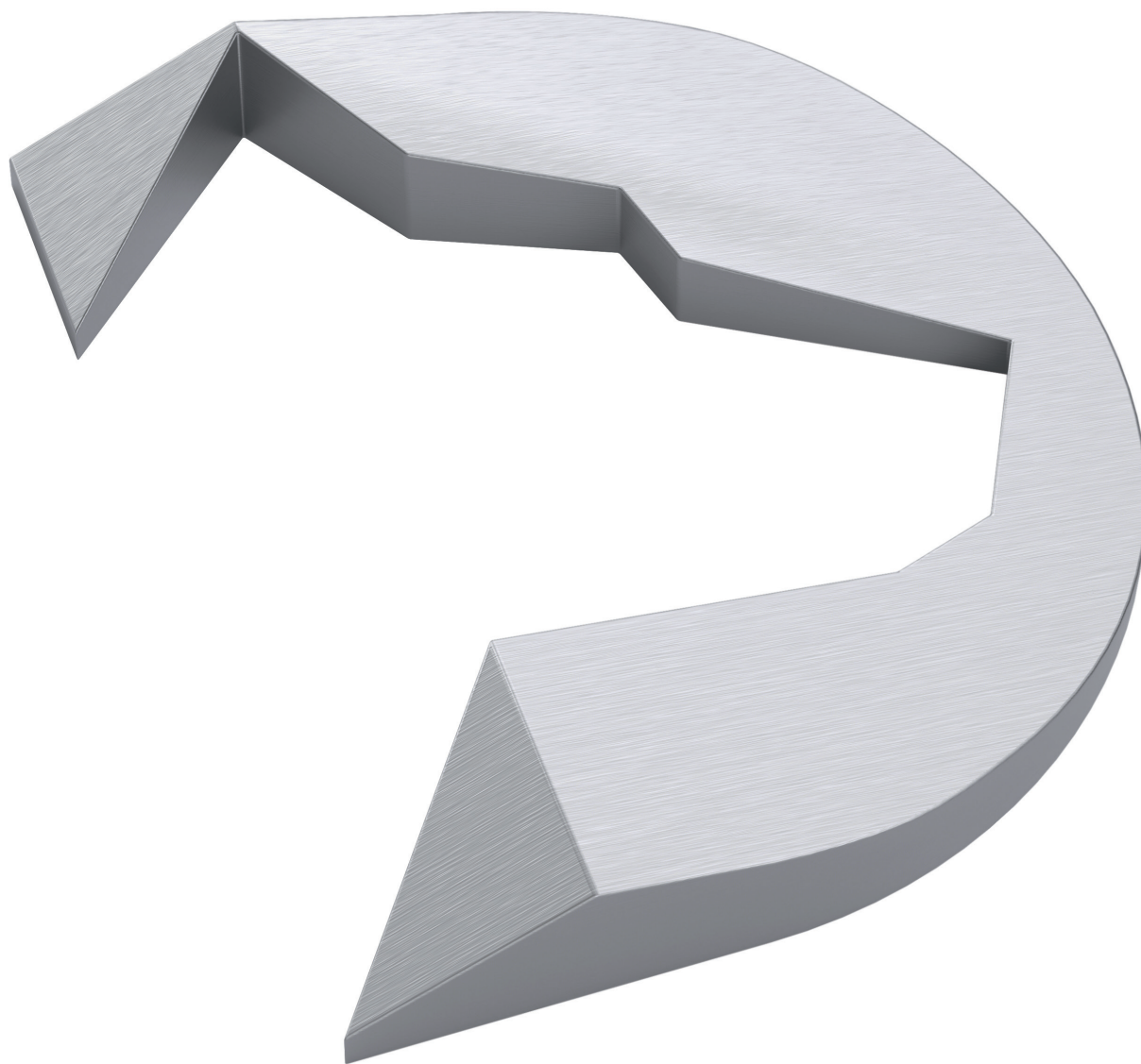


FIDELIDADE

EMPRESAS



SEGURO DE MULTIRRISCOS INDUSTRIAL

CONDIÇÕES GERAIS - 052

ÍNDICE

CONDIÇÕES GERAIS

.03	Cláusula 1ª	Definições
.03	Cláusula 2ª	Objeto Âmbito e Garantias do Contrato
.06	Cláusula 3ª	Exclusões
.08	Cláusula 4ª	Dever de Declaração Inicial do Risco
.08	Cláusula 5ª	Incumprimento Doloso do Dever de Declaração Inicial do Risco
.08	Cláusula 6ª	Incumprimento Negligente do Dever de Declaração Inicial do Risco
.09	Cláusula 7ª	Agravamento do Risco
.09	Cláusula 8ª	Sinistro e Agravamento do Risco
.09	Cláusula 9ª	Vencimento dos Prémios
.09	Cláusula 10ª	Cobertura
.09	Cláusula 11ª	Aviso de Pagamento dos Prémios
.09	Cláusula 12ª	Falta de Pagamento dos Prémios
.09	Cláusula 13ª	Alteração do Prémio
.09	Cláusula 14ª	Início da Cobertura e de Efeitos
.09	Cláusula 15ª	Duração
.09	Cláusula 16ª	Resolução do Contrato
.10	Cláusula 17ª	Transmissão da Propriedade do Bem Seguro, ou do Interesse Seguro
.10	Cláusula 18ª	Capital Seguro
.10	Cláusula 19ª	Insuficiência ou Excesso de Capital
.10	Cláusula 20ª	Pluralidade de Seguros
.10	Cláusula 21ª	Obrigações do Tomador do Seguro e do Segurado
.11	Cláusula 22ª	Obrigações de Reembolso pelo Segurador das Despesas Havidas com o Afastamento e Mitigação do Sinistro
.11	Cláusula 23ª	Inspeção do Local de Risco
.11	Cláusula 24ª	Obrigações do Segurador
.11	Cláusula 25ª	Determinação do Valor da Indemnização ou da Reparação ou Reconstrução
.11	Cláusula 26ª	Forma de Pagamento da Indemnização
.12	Cláusula 27ª	Pagamento da Indemnização a Credores
.12	Cláusula 28ª	Seguro de Bens em Usufruto
.12	Cláusula 29ª	Sub-Rogação, Reembolso e Direito de Regresso

.12	Cláusula 30ª	Redução Automática do Capital Seguro
.12	Cláusula 31ª	Intervenção de Mediador de Seguros
.12	Cláusula 32ª	Regime de Cosseguro
.12	Cláusula 33ª	Comunicações e Notificações Entre as Partes
.12	Cláusula 34ª	Lei Aplicável e Arbitragem
.12	Cláusula 35ª	Foro
.13		Anexo

CONDIÇÕES ESPECIAIS

.14	C.E. 091	Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública
.14	C.E. 093	Atos de Vandalismo e Maliciosos
.15	C.E. 094	Danos em Bens do Senhorio (Conteúdos)
.15	C.E. 095	Perda de Rendas (Edifícios)
.15	C.E. 096	Responsabilidade Civil Extracontratual e Despesas Judiciais
.16	C.E. 101	Atualização Indexada de Capitais
.16	C.E. 102	Atualização Convencionada de Capitais
.16	C.E. 103	Atualização Progressiva de Capital
.17	C.E. 104	Apólices de Capital Variável (Flutuantes)
.17	C.E. 105	Fenómenos Sísmicos
.17	C.E. 106	Aluimentos de Terras
.18	C.E. 107	Riscos Elétricos
.18	C.E. 108	Privação Temporária de Uso do Local Arrendado ou Ocupado (Conteúdos)
.18	C.E. 109	Valor de Substituição - Equipamento Industrial
.18	C.E. 110	Prejuízos Indiretos
.19	C.E. 111	Regime de Franquias
.19	C.E. 112	Perdas de Exploração
.20	C.E. 114	Bens Existentes em Cofre e/ou Móveis Fechados
.20	C.E. 115	Avaria de Máquinas (Incluindo Equipamentos Eletrónicos)
.21	C.E. 116	Deterioração de Bens Refrigerados
.22	C.E. 117	Bens Transportados

CLÁUSULA PRELIMINAR

1. Entre Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., adiante designada por Segurador, e o Tomador do Seguro mencionado nas Condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas presentes Condições Gerais e pelas Condições Particulares, e ainda, se contratadas, pelas Condições Especiais.
2. A individualização do presente contrato é efetuada nas Condições Particulares, com, entre outros, a identificação das partes e do respetivo domicílio, os dados do Segurado, os dados do representante do Segurador para efeito dos sinistros, e a determinação do prémio ou a fórmula do respetivo cálculo.
3. Relativamente ao bem seguro (fração ou conjunto de frações autónomas do edifício em propriedade horizontal e respetivas partes comuns), o contrato precisa:
 - a) O tipo, o material de construção e o estado em que se encontra, assim como a localização e o respetivo nome ou a numeração identificativa;
 - b) O destino e o uso;
 - c) A natureza e o uso dos imóveis adjacentes, sempre que estas circunstâncias possam influir no risco;
4. As Condições Especiais preveem regimes específicos da cobertura prevista nas presentes Condições Gerais ou a cobertura de outros riscos e ou garantias além dos naquelas previstos e carecem de ser especificamente identificadas nas Condições Particulares.
5. Compõem ainda o presente contrato, além das Condições previstas nos números anteriores e que constituem a apólice, as mensagens publicitárias concretas e objetivas que contrariem cláusulas da apólice, salvo se estas forem mais favoráveis ao Tomador do Seguro, ao Segurado ou ao Beneficiário.
6. Não se aplica o previsto no número anterior relativamente às mensagens publicitárias cujo fim de emissão tenha ocorrido há mais de um ano em relação à celebração do contrato, ou quando as próprias mensagens fixem um período de vigência e o contrato tenha sido celebrado fora desse período.

CAPÍTULO I**DEFINIÇÕES, OBJETO E GARANTIAS DO CONTRATO****CLÁUSULA 1ª - DEFINIÇÕES**

Para efeitos do presente contrato entende-se por:

APÓLICE - Conjunto de Condições identificado na cláusula anterior e na qual é formalizado o contrato de seguro celebrado;

SEGURADOR - A entidade legalmente autorizada para a exploração do seguro obrigatório de Incêndio, incorporado no Seguro de Multirriscos Industrial, que subscreve o presente contrato;

TOMADOR DO SEGURO - A pessoa ou entidade que contrata com o Segurador, sendo responsável pelo pagamento do prémio;

SEGURADO - A pessoa ou entidade titular do interesse seguro;

BENEFICIÁRIO - A pessoa ou entidade a favor de quem reverte a prestação do Segurador por efeito da cobertura prevista no contrato.

INCÊNDIO - A combustão accidental, com desenvolvimento de chamas, estranha a uma fonte normal de fogo, ainda que nesta possa ter origem, e que se pode propagar pelos seus próprios meios;

AÇÃO MECÂNICA DE QUEDA DE RAIOS - A descarga atmosférica ocorrida entre a nuvem e o solo, consistindo em um ou mais impulsos de corrente que conferem ao fenómeno uma luminosidade característica (raio) e que provoque deformações mecânicas permanentes nos bens seguros;

EXPLOÇÃO - A ação súbita e violenta de pressão ou depressão de gás ou de vapor;

SINISTRO - A verificação, total ou parcial, do evento que desencadeia o acionamento da cobertura do risco prevista no contrato;

FRANQUIA - Valor da regularização do sinistro nos termos do contrato de seguro que não fica a cargo do Segurador.

CLÁUSULA 2ª - OBJETO, ÂMBITO E GARANTIAS DO CONTRATO

1. O presente contrato, tem por objeto os bens imóveis, destinados à atividade do Tomador do Seguro ou do Segurado, identificados nas Condições Particulares.
2. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares, poderão ser objeto do presente contrato outros bens móveis e/ou imóveis, valores e/ou custos.

3. A obrigatoriedade de discriminação valorizada, os limites de tolerância e as condições de existência e funcionamento dos bens seguros, pelo presente contrato, ficam igualmente sujeitos ao disposto, para os efeitos respetivos, nas Condições Especiais.

4. Salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares, o presente contrato garante a cobertura dos danos materiais diretamente causados aos bens seguros, identificados nas Condições Particulares, situados no local de risco nelas indicado, pela ocorrência de qualquer ou quaisquer dos seguintes riscos:

- Incêndio, Ação Mecânica de Raios e Explosões
- Tempestades
- Inundações
- Danos por Água
- Roubo ou Furto
- Queda de Aeronaves e Travessia da Barreira do Som
- Choque ou Impacto de Veículos Terrestres e/ou Animais
- Choque ou Impacto de Objetos Sólidos
- Derrame de Óleo de Sistemas de Aquecimento
- Quebra de Vidros, Espelhos Fixos e/ou Anúncios Luminosos
- Quebra ou Queda de Antenas Exteriores de TV ou TSF
- Quebra ou Queda de Painéis Solares
- Derrame de Sistemas de Proteção Contra Incêndio
- Demolição e Remoção de Escombros
- Desenhos e Documentos

ÂMBITO E DEFINIÇÃO DAS GARANTIAS**4.1. INCÊNDIO, AÇÃO MECÂNICA DE RAIOS E EXPLOÇÃO**

- 4.1.1. O presente contrato destina-se a cumprir a obrigação de segurar os edifícios constituídos em regime de propriedade horizontal, quer quanto às frações autónomas, quer relativamente às partes comuns, que se encontrem identificados na apólice, contra o risco de incêndio, ainda que tenha havido negligência do Segurado ou de pessoa por quem este seja responsável.

4.1.2. Para além da cobertura dos danos previstos no número anterior, o presente contrato garante igualmente os danos causados no bem seguro em consequência dos meios empregados para combater o incêndio, assim como os danos derivados de calor, fumo, vapor ou explosão em consequência do incêndio e ainda remoções ou destruições executadas por ordem da autoridade competente ou praticadas com o fim de salvamento, se o forem em razão do incêndio ou de qualquer dos factos anteriormente previstos.

4.1.3. Salvo convenção em contrário, o presente contrato garante ainda os danos causados por ação mecânica de queda de raio ou explosão, mesmo que não acompanhado de incêndio.

4.1.4. O presente contrato pode ainda garantir facultativamente os bens seguros indicados nas Condições Particulares contra o risco de incêndio com o âmbito supra definido, independentemente de se tratar de bens móveis ou imóveis constituídos ou não em regime de propriedade horizontal.

4.1.5. Salvo convenção expressa em contrário constante das Condições Particulares, não é aplicável franquia a esta cobertura.

4.2. TEMPESTADES

4.2.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros em consequência de:

- Tufões, ciclones, tornados e ventos fortes ou choque de objetos arremessados ou projetados pelos mesmos, sempre que a sua violência destrua ou danifique vários edifícios de boa construção, objetos ou árvores sãs num raio de 5 km envolvente do local onde se encontram os bens seguros;
- Queda de neve ou granizo;
- Alagamento pela queda de chuva, neve ou granizo, desde que estes agentes atmosféricos penetrem no interior do edifício ou onde se encontram os bens seguros, em consequência de danos causados pelos riscos mencionados em a).

4.2.2. Para efeitos da presente cobertura consideram-se como:

- Ventos Fortes: Aqueles que atinjam uma velocidade superior a 90 km/hora (em caso de dúvida poderá o Segurado fazer prova, por documento emitido pela estação meteorológica mais próxima, de que a velocidade atingida pelos ventos no momento do sinistro era superior a 90 km/hora);
- Edifícios de Boa Construção - Aqueles cuja estrutura, paredes exteriores e cobertura sejam construídos de acordo com a regulamentação vigente à data da construção, utilizando materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica.

4.2.3. Constituem um único e mesmo sinistro todos os danos ocorridos durante as 72 horas que se seguem ao momento em que se verificarem os primeiros danos nos bens seguros.

4.2.4. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis com um mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.3. INUNDAÇÕES

4.3.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros em consequência de:

- Tromba de água ou queda de chuvas torrenciais - precipitação atmosférica de intensidade superior a dez milímetros em dez minutos, no pluviómetro e desde que, no momento do sinistro a precipitação atmosférica tenha atingido intensidade superior a dez milímetros em dez minutos, no pluviómetro;
- Rebentamento de adutores, redes externas de distribuição de água, coletores, drenos, diques e barragens;

c) Enxurradas ou transbordamento do leito de cursos de água naturais ou artificiais. São considerados como constituindo um único e mesmo sinistro os estragos ocorridos nas 72 horas que se seguem ao momento em que os bens seguros sofram os primeiros danos.

4.3.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.4. DANOS POR ÁGUA

4.4.1. Esta cobertura garante os danos provocados por água, de carácter súbito ou imprevisto, causados aos bens seguros em consequência de rotura, defeito, entupimento ou transbordamento da rede interior de distribuição de água ou de esgotos do edifício seguro (incluindo nestes os sistemas de esgoto de águas pluviais), assim como dos aparelhos ou utensílios ligados à rede de distribuição de água e esgotos do mesmo edifício e respetivas ligações.

4.4.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.5. ROUBO OU FURTO

4.5.1. Para efeitos desta cobertura entende-se por:

FURTO: Ato, levado a cabo com ilegítima intenção de apropriação para o agente ou terceiro, de subtrair coisa móvel alheia.

ROUBO: Ato, levado a cabo com ilegítima intenção de apropriação para o agente ou terceiro, de subtrair, ou constranger a que seja entregue, coisa móvel alheia, por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de reagir.

4.5.2. Ao abrigo desta cobertura o Segurador garante o ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo Tomador do Seguro ou pelo Segurado, se for pessoa diferente, em virtude de subtração, destruição ou deterioração dos bens seguros, resultante de furto ou roubo, consumado ou tentado, desde que se verifique uma das seguintes condições:

- Tenha sido praticado por assalto, arrombamento ou escalamento;
- Tenha sido praticado com abertura de portas ou janelas exteriores, por meio de chaves falsas;
- Tenha sido praticado por pessoas que se introduzam furtivamente no local de risco designado nas Condições Particulares e ali se conservem ocultas até à consumação do furto ou roubo;

4.5.2.1. Para efeitos desta cobertura, entende-se por:

ARROMBAMENTO: o rompimento, fratura ou destruição no todo ou em parte de qualquer elemento ou mecanismo que sirva para fechar ou impedir a entrada no local de risco ou lugar fechado dele dependente.

ESCALAMENTO: a introdução no local de risco ou em lugar fechado dele dependente, por abertura subterrânea não destinada a entrada ou por telhados, portas, janelas, paredes ou por qualquer construção que sirva para fechar ou impedir a entrada ou passagem.

CHAVES FALSAS: são consideradas:

- As imitadas, contrafeitas ou alteradas;
- As verdadeiras, quando, fortuita ou sub-repticiamente, estejam fora do poder de quem tiver o direito de as usar;
- As gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir fechaduras ou outros dispositivos de segurança.

4.5.3. A presente cobertura abrange os prejuízos causados aos bens seguros descritos e valorizados nas Condições Particulares, desde que se trate de:

- a) Bens móveis;
- b) Imóvel ou fração onde se situem os bens seguros;
- c) Bens e equipamentos de proteção antirroubo, eventualmente existentes.

4.5.3.1. Os bens mencionados nas alíneas b) e c) do ponto 4.5.3. apenas se consideram seguros quando descritos e valorizados expressamente nas Condições Particulares.

4.5.4. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 500,00 € (quinhentos euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.6. QUEDA DE AERONAVES E TRAVESSIA DA BARREIRA DO SOM

4.6.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros em consequência de:

- a) Choque ou queda de todo ou parte de aparelhos de navegação aérea e engenhos espaciais ou objetos deles caídos ou alijados, quando em navegação;
- b) Vibração ou abalo em consequência de travessia da barreira do som por aparelhos de navegação aérea, quer civis quer militares, em treino.

4.6.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.7. CHOQUE OU IMPACTO DE VEÍCULOS TERRESTRES E/OU ANIMAIS

4.7.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros em consequência de choque de veículos terrestres e/ou animais que não pertençam nem estejam sob a responsabilidade do Tomador do Seguro ou do Segurado, se for pessoa diferente, seus familiares ou empregados, e desde que os prejuízos verificados não sejam em veículos.

4.7.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.8. CHOQUE OU IMPACTO DE OBJETOS SÓLIDOS

4.8.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros em consequência de choque ou impacto de objetos sólidos procedentes do exterior.

4.8.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.9. DERRAME DE ÓLEO DE SISTEMAS DE AQUECIMENTO

4.9.1. Esta cobertura garante os danos causados aos bens seguros por derrame accidental de óleo (fluido térmico) proveniente de qualquer instalação e/ou aparelhos de aquecimento ambiental.

4.9.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.10. QUEBRA DE VIDROS, ESPELHOS FIXOS E/OU ANÚNCIOS LUMINOSOS

4.10.1. Esta cobertura garante a quebra accidental de chapas de vidro e/ou espelhos fixos e/ou anúncios luminosos e tabuletas de vidro, existentes no local de risco.

4.10.2. A indemnização máxima por sinistro e anuidade fica limitada ao valor fixado no Quadro I anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.10.3. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.11. QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS EXTERIORES DE TV OU TSF

4.11.1. Esta cobertura garante a quebra ou queda accidental de antenas exteriores receptoras de imagem e som bem como dos respetivos mastros e espias.

4.11.2. A indemnização máxima por sinistro e anuidade fica limitada ao valor fixado no Quadro I anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.11.3. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.12. QUEBRA OU QUEDA DE PAINÉIS SOLARES

4.12.1. Esta cobertura garante a quebra ou queda accidental de sistemas de aquecimento solar e respetivo equipamento, desde que expressamente especificados e valorizados nas Condições Particulares.

4.12.2. A indemnização máxima por sinistro e anuidade fica limitada ao valor fixado no Quadro I anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.12.3. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.13. DERRAME DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

4.13.1. Esta cobertura garante a indemnização dos danos causados ao objeto seguro por derrame accidental de água ou outra substância utilizada nos sistemas hidráulicos de proteção contra incêndio (P.C.I.), proveniente de falta de estanquicidade, ou escape, fuga ou falha em geral no sistema. A expressão «sistemas de P.C.I.» refere-se a depósitos e condutas de água, hidrantes, bocas de incêndio, válvulas e, em geral, todas as instalações hidráulicas destinadas exclusivamente ao combate a incêndios.

4.13.2. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.14. DEMOLIÇÃO E REMOÇÃO DE ESCOMBROS

4.14.1. Esta cobertura garante o pagamento das despesas em que o Segurado incorreu com a demolição e/ou remoção de escombros provocados pela ocorrência de qualquer sinistro coberto por esta apólice.

4.14.2. O montante a indemnizar por esta cobertura não excederá em caso algum 10% do valor da indemnização acordada para o sinistro verificado, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4.15. DESENHOS E DOCUMENTOS

4.15.1. Ao abrigo desta cobertura o Segurador indemnizará, em consequência de qualquer sinistro a coberto desta apólice, e até ao limite fixado no Quadro I anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares, os prejuízos sofridos em:

- a) Manuscritos, desenhos, plantas e projetos;
- b) Escrituras e outros documentos oficiais escritos, com inclusão dos respetivos selos;
- c) Documentos, impressos e livros de escrita contabilística, em resultado da efetivação de qualquer dos riscos garantidos pelo contrato.

4.15.2. Sinistros:

4.15.2.1. No cômputo da indemnização apenas será tomado em consideração o custo efetivo despendido para reconstruir ou refazer os referidos «Desenhos e Documentos», sob justificação da necessidade da sua reprodução.

4.15.2.2. A indemnização poderá ser liquidada à medida que as referidas despesas se mostrem efetivamente despendidas pelo Segurado, nunca excedendo o prazo de 12 meses após a verificação do sinistro.

4.15.3 Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% sobre o valor dos prejuízos indemnizáveis, com mínimo de 125,00 € (cento e vinte e cinco euros), salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

5. COBERTURAS FACULTATIVAS

5.1. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares poderão ser objeto do presente contrato outros riscos e/ou garantias, de harmonia com o disposto nas respetivas Condições ou Cláusulas Especiais que tiverem sido contratadas.

5.2. Constituem, entre outras, coberturas facultativas suscetíveis de serem contratadas:

- 2.1. Greves, Tumultos e Alterações da Ordem Pública (C. E. 091)
- 2.2. Atos de Vandalismo e Maliciosos (C. E. 093)
- 2.3. Danos em Bens do Senhorio (C. E. 094)
- 2.4. Perda de Rendas (C. E. 095)
- 2.5. Responsabilidade Civil Extracontratual e Despesas Judiciais (C. E. 096)
- 2.6. Fenómenos Sísmicos (C. E. 105)
- 2.7. Aluimentos de Terras (C. E. 106)
- 2.8. Riscos Elétricos (C. E. 107)
- 2.9. Privação Temporária do Uso do Local Arrendado ou Ocupado (C. E. 108)
- 2.10. Prejuízos Indiretos (C. E. 110)
- 2.11. Perdas de Exploração (C. E. 112)
- 2.12. Bens Existentes em Cofres e/ou Móveis Fechados (C. E. 114)
- 2.13. Avaria de Máquinas (C. E. 115)
- 2.14. Deterioração de Bens Refrigerados (C. E. 116)
- 2.15. Bens Transportados (C. E. 117)

5.3. Os limites de capital fixados no Quadro II anexo poderão ser ultrapassados mediante convenção estabelecida nas Condições Particulares e pagamento do respetivo sobreprémio.

6. Salvo convenção em contrário expressa nas Condições Particulares, o presente contrato apenas produz efeitos em relação aos eventos ocorridos em território português, no local de risco designado nas Condições Particulares.

7. As coberturas de responsabilidade civil estão limitadas aos sinistros ocorridos durante o período de vigência do contrato e que sejam reclamados, até ao prazo máximo de dois anos após o seu termo, salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares.

CLÁUSULA 3ª - EXCLUSÕES

1. EXCLUSÕES ABSOLUTAS

1.1. Aplicáveis à cobertura de incêndio quando contratada como seguro obrigatório.

Excluem-se da garantia obrigatória do seguro os danos que derivem, direta ou indiretamente, de:

- a) Guerra, declarada ou não, invasão, ato de inimigo estrangeiro, hostilidades ou operações bélicas, guerra civil, insurreição, rebelião ou revolução;
- b) Levantamento militar ou ato do poder militar legítimo ou usurpado;
- c) Confiscação, requisição, destruição ou danos produzidos nos bens seguros, por ordem do governo, de direito ou de facto, ou de qualquer autoridade instituída, salvo no caso de remoções ou destruições previstas no n.º 4.1.2 da Cláusula 2.ª;
- d) Greves, tumultos e alterações da ordem pública, atos de terrorismo, vandalismo, maliciosos ou de sabotagem;
- e) Explosão, libertação do calor e irradiações provenientes de cisão de átomos ou radioativas e ainda os decorrentes de radiações provocadas pela aceleração artificial de partículas;
- f) Incêndio decorrente de fenómenos sísmicos, tremores de terra, terramotos e erupções vulcânicas, maremotos ou fogo subterrâneo;
- g) Efeitos diretos de corrente elétrica em aparelhos, instalações elétricas e seus acessórios, nomeadamente sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, tal como a resultante de raio, e curto-circuito, ainda que nos mesmos se produza incêndio;
- h) Atos ou omissões dolosas do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- i) Lucros cessantes ou perda semelhante;
- j) Extravio, furto ou roubo dos bens seguros, quando praticados durante ou na sequência de qualquer sinistro coberto.

1.2. Aplicáveis às restantes coberturas e à própria cobertura de incêndio quando contratada como Seguro facultativo.

Para além das exclusões previstas em 1.1, não ficam garantidos em caso algum, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco garantido pela presente apólice, as perdas, danos ou responsabilidades, custos e despesas de qualquer natureza, direta ou indiretamente causados por, ou resultantes de, ou em conexão com:

- a) Contaminação por agentes químicos e/ou bacteriológicos, entendendo-se por contaminação o envenenamento, ou a prevenção e/ou a limitação de uso de objetos devido aos efeitos de substâncias químicas e/ou biológicas;
- b) Utilização de mísseis;
- c) Danos ao ambiente (poluição ou contaminação do solo, atmosfera e águas) e, duma forma geral qualquer tipo de perdas ou danos, direta ou indiretamente, decorrentes de poluição e/ou contaminação, incluindo a bens do próprio Segurado, mesmo que resultantes de um sinistro indemnizável ao abrigo da apólice. Ficam igualmente excluídos todos e quaisquer custos de limpeza, de remoção de materiais e de descontaminação de qualquer tipo de bens;
- d) Perdas ou danos em máquinas e/ou equipamentos, com locomoção própria, quando não se encontrarem armazenados ou parqueados nos imóveis designados nas Condições Particulares, mesmo que se tenha verificado a ocorrência de qualquer risco garantido pela apólice;
- e) Danos sofridos por aparelhos que deram origem a uma explosão, quando integrados no equipamento necessário ao processo de fabrico, exceto se a explosão decorrer de causa externa garantida pelo presente contrato;
- f) Danos consequenciais provenientes de avarias internas ocorridas em equipamentos eletrónicos e/ou em componentes eletrónicos de equipamentos mecânicos;
- g) Danos consequenciais provenientes de extravio, furto ou roubo;
- h) Operações, atividades ou manuseamento de amianto, chumbo ou derivados destes produtos;
- i) Reclamações que originem pagamentos ou compensações de qualquer espécie que possam expor o Segurado a qualquer sanção, proibição ou restrição ao abrigo de resoluções das Nações Unidas, ou sanções comerciais ou económicas, leis ou regulamentos da União Europeia;

- j) Atos ou omissões do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis, quando praticados sob o uso de estupefacientes fora de prescrição médica, em estado de embriaguez ou quando for detetado um grau de alcoolemia superior a 0,5 gramas de álcool por litro de sangue.

1.3. Nos termos da presente cláusula e relativamente às coberturas abaixo indicadas, o contrato também não garante:

1.3.1. TEMPESTADES

- a) Os danos causados por ação do mar e outras superfícies de água naturais ou artificiais, sejam de que natureza forem, mesmo que estes acontecimentos resultem de temporal;
- b) Os danos causados em construções que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção e cuja estrutura, paredes exteriores e construção não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica, assim como naqueles em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos 50%, e, ainda, quando os edifícios se encontrem em estado de degradação no momento da ocorrência;
- c) Os danos causados pela água ou ventos em edifícios não inteiramente fechados ou cobertos e seus conteúdos bem como em mercadorias e/ou outros bens móveis, existentes ao ar livre;
- d) Os danos causados em dispositivos de proteção (tais como toldos e persianas), muros, vedações, portões, estores, painéis solares, anúncios luminosos, antenas de rádio e de televisão, os quais ficam, todavia, cobertos se forem acompanhados da destruição total ou parcial do edifício seguro;
- e) Por goteiras, infiltrações, oxidações ou humidades causadas por defeitos de construção ou reparação e conservação e os produzidos por neve, água, areia ou pó que penetrem pelas portas, janelas ou outras aberturas que tenham ficado abertas ou cujas fechaduras sejam defeituosas.

1.3.2. INUNDAÇÕES

- a) Os danos causados por subidas de marés, marés vivas e, mais genericamente, pela ação do mar e outras superfícies marítimas, naturais ou artificiais;
- b) Os danos causados em construções de reconhecida fragilidade (isto é, aquelas que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção e cuja estrutura, paredes exteriores e cobertura não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica), assim como naquelas em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos, 50%, e em quaisquer objetos que se encontrem no interior dos mesmos edifícios ou construções e, ainda, quando os edifícios se encontrem em estado de reconhecida degradação no momento da ocorrência;
- c) Os danos causados em mercadorias e/ou outros bens móveis, existentes ao ar livre;
- d) Os danos causados em muros, vedações e portões.

1.3.3. DANOS POR ÁGUA

- a) Os danos resultantes de torneiras deixadas abertas, salvo quando se tiver verificado uma falta de abastecimento de água;
- b) Os danos resultantes da entrada de água das chuvas através de telhados, portas, janelas, claraboias, terraços e marquises e ainda o refluxo de águas provenientes de canalizações ou esgotos não pertencentes ao edifício;

- c) Os danos resultantes de infiltrações através de paredes e/ou tetos, humidade e/ou condensação, exceto quando se trate de danos resultantes das coberturas contempladas nesta garantia.

1.3.4. FURTO OU ROUBO

- a) Atos ou omissões do Tomador do Seguro, e/ou do Segurado, se for pessoa diferente, e/ou de pessoas por quem estes sejam civilmente responsáveis;
- b) Roubo ou furto, simples tentativa ou atos preparatórios, devidos a ação ou cumplicidade do Tomador do Seguro, e/ou do Segurado, se for pessoa diferente, seus familiares, empregados, mandatários, outros prestadores de serviços, ou por qualquer pessoa que com eles coabite ou possua chaves (de móveis ou imóveis) à sua guarda;
- c) Furto dos bens seguros praticado sub-repticiamente e às ocultas do dono do estabelecimento, seus trabalhadores, vigilantes ou outros prestadores de serviços, enquanto o estabelecimento se encontrar aberto ao público;
- d) Roubo ou furto de objetos existentes em logradouros, terraços ou em anexos não fechados;
- e) Manifesta negligência do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, se for pessoa diferente, no que respeita à proteção dos bens seguros;
Considera-se haver manifesta negligência do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, nomeadamente quando:
 - Haja sido deixadas as chaves nas fechaduras, debaixo do tapete, na caixa do correio, ou em qualquer outro local de fácil acesso;
 - Não se haja procedido à substituição de fechaduras após roubo ou furto, ou no caso de perda de chaves.
- f) Perdas indiretas;
- g) Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares, não estão cobertos por esta garantia os prejuízos que resultem de furto ou roubo de dinheiro, amoldado ou em notas, cheques, letras, cautelas de penhor, cartões de crédito ou débito e, ainda, de quaisquer valores mobiliários.

1.3.5. DERRAME DE ÓLEO DE SISTEMAS DE AQUECIMENTO

Os danos sofridos pela própria instalação e/ou aparelhos de aquecimento e seu conteúdo.

1.3.6. QUEBRA DE VIDROS, ESPELHOS FIXOS E/OU ANÚNCIOS LUMINOSOS

- a) Os danos verificados durante trabalhos ou obras efetuadas sobre os objetos seguros, bem como durante operações de transporte ou mudança dos referidos objetos;
- b) Os danos resultantes de defeitos de colocação ou de construção do imóvel, deficiência de montagem e vício próprio.

1.3.7. QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS EXTERIORES DE TV OU TSF

Os danos ocorridos no decurso de operações de montagem, desmontagem, reparação e/ou manutenção.

1.3.8. QUEBRA OU QUEDA DE PAINÉIS SOLARES

Os danos ocorridos no decurso de operações de montagem, desmontagem, reparação e/ou manutenção.

1.3.9. DERRAME DE SISTEMAS HIDRÁULICOS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

Os danos sofridos pelo próprio sistema e ainda os prejuízos causados por:

- a) Cataclismos da natureza e inundações;
- b) Explosões de qualquer natureza;
- c) Quaisquer condutas utilizadas para fins diferentes do combate ao incêndio;
- d) Condutas subterrâneas ou que se encontrem fora dos locais seguros ou ainda por represas onde se contenha a água;
- e) Derrame proveniente de defeito de fabrico do equipamento de P.C.I.;
- f) Mau estado ou deficiente conservação do equipamento de P.C.I.

1.3.10. Além do disposto nos números anteriores, o presente contrato fica ainda sujeito às exclusões específicas de cada uma das coberturas facultativas contratadas constantes das Condições ou Cláusulas Especiais que lhe forem aplicáveis.

2. EXCLUSÕES RELATIVAS

Salvo se expressamente mencionados nas Condições Particulares através da contratação das coberturas respetivas, o presente contrato não garante os danos e/ou despesas e/ou indemnizações que derivem direta ou indiretamente de:

- 2.1. Greves, tumultos e alterações da ordem pública, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 091, se a mesma for contratada;
- 2.2. Atos de vandalismo e maliciosos sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 093, se a mesma for contratada;
- 2.3. Danos em Bens do Senhorio, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 094, se a mesma for contratada;
- 2.4. Perda de Rendimentos, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 095, se a mesma for contratada;
- 2.5. Responsabilidade Civil Extracontratual, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 096, se a mesma for contratada;
- 2.6. Fenómenos sísmicos, tremores de terra, terremotos e erupções vulcânicas, maremotos ou fogo subterrâneo e incêndio deles decorrente, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 105, se a mesma for contratada;
- 2.7. Aluimentos de Terras, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 106, se a mesma for contratada;
- 2.8. Efeitos diretos de corrente elétrica em aparelhos, instalações elétricas e seus acessórios, nomeadamente, sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, tal como a resultante de raio e curto-circuito, ainda que nos mesmos se produza um incêndio, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 107, se a mesma for contratada;
- 2.9. Privação Temporária do Uso do Local Arrendado ou Ocupado, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 108, se a mesma for contratada;
- 2.10. Quaisquer prejuízos de natureza consequencial, tais como a perda de lucros ou rendimentos, sem prejuízo do estabelecido na(s) Condição(ões) Especial(ais) 110 e 112, se as mesmas forem contratadas;
- 2.11. Bens Existentes em Cofres e/ou Móveis Fechados, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 114, se a mesma for contratada;
- 2.12. Avaria interna de máquinas e equipamentos e qualquer perda ou deterioração, de bens refrigerados, sem prejuízo do estabelecido na(s) Condição(ões) Especial(ais) 115 e 116, se a(s) mesma(s) for(em) contratada(s);
- 2.13. Transporte por qualquer meio dos bens seguros, sem prejuízo do estabelecido na Condição Especial 117, se a mesma for contratada.

CAPÍTULO II

DECLARAÇÃO DO RISCO, INICIAL E SUPERVENIENTE

CLÁUSULA 4ª - DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

- 1. O Tomador do Seguro ou o Segurado estão obrigados, antes da celebração do contrato, a declarar com exatidão todas as circunstâncias que conheçam e razoavelmente devam ter por significativas para a apreciação do risco pelo Segurador.
- 2. O disposto no número anterior é igualmente aplicável a circunstâncias cuja menção não seja solicitada em questionário eventualmente fornecido pelo Segurador para o efeito.
- 3. O Segurador que tenha aceiteado o contrato, salvo havendo dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, não pode prevalecer-se:
 - a) Da omissão de resposta a pergunta do questionário;
 - b) De resposta imprecisa a questão formulada em termos demasiado genéricos;
 - c) De incoerência ou contradição evidente nas respostas ao questionário;
 - d) De facto que o seu representante, aquando da celebração do contrato, saiba ser inexato ou, tendo sido omitido, conheça;
 - e) De circunstâncias conhecidas do Segurador, em especial quando são públicas e notórias.
- 4. O Segurador, antes da celebração do contrato, deve esclarecer o eventual Tomador do Seguro ou o Segurado acerca do dever referido no n.º 1, bem como do regime do seu incumprimento, sob pena de incorrer em responsabilidade civil, nos termos gerais.

CLÁUSULA 5ª - INCUMPRIMENTO DOLOSO DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

- 1. Em caso de incumprimento doloso do dever referido no n.º 1 da Cláusula anterior, o contrato é anulável mediante declaração enviada pelo Segurador ao Tomador do Seguro.
- 2. Não tendo ocorrido sinistro, a declaração referida no número anterior deve ser enviada no prazo de três meses a contar do conhecimento daquele incumprimento.
- 3. O Segurador não está obrigado a cobrir o sinistro que ocorra antes de ter tido conhecimento do incumprimento doloso referido no n.º 1 ou no decurso do prazo previsto no número anterior, seguindo-se o regime geral da anulabilidade.
- 4. O Segurador tem direito ao prémio devido até ao final do prazo referido no n.º 2, salvo se tiver concorrido dolo ou negligência grosseira do Segurador ou do seu representante.
- 5. Em caso de dolo do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, o prémio é devido até ao termo do contrato.

CLÁUSULA 6ª - INCUMPRIMENTO NEGLIGENTE DO DEVER DE DECLARAÇÃO INICIAL DO RISCO

- 1. Em caso de incumprimento com negligência do dever referido no n.º 1 da cláusula 4.ª, o Segurador pode, mediante declaração a enviar ao Tomador do Seguro, no prazo de três meses a contar do seu conhecimento:
 - a) Propor uma alteração do contrato, fixando um prazo, não inferior a 14 dias, para o envio da aceitação ou, caso a admita, da contraproposta;
 - b) Fazer cessar o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos para a cobertura de riscos relacionados com o facto omitido ou declarado inexatamente.
- 2. O contrato cessa os seus efeitos 30 dias após o envio da declaração de cessação ou 20 dias após a receção pelo Tomador do Seguro da proposta de alteração, caso este nada responda ou a rejeite.
- 3. No caso referido no número anterior, o prémio é devolvido pro rata temporis atendendo à cobertura havida.
- 4. Se, antes da cessação ou da alteração do contrato, ocorrer um sinistro cuja verificação ou consequências tenham sido influenciadas por facto relativamente ao qual tenha havido omissões ou inexatidões negligentes:

- a) O Segurador cobre o sinistro na proporção da diferença entre o prêmio pago e o prêmio que seria devido, caso, aquando da celebração do contrato, tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente;
- b) O Segurador, demonstrando que, em caso algum, teria celebrado o contrato se tivesse conhecido o facto omitido ou declarado inexatamente, não cobre o sinistro e fica apenas vinculado à devolução do prêmio.

CLÁUSULA 7ª - AGRAVAMENTO DO RISCO

1. O Tomador do Seguro ou o Segurado tem o dever de, durante a execução do contrato, no prazo de 14 dias a contar do conhecimento do facto, comunicar ao Segurador todas as circunstâncias que agravem o risco, desde que estas, caso fossem conhecidas pelo Segurador aquando da celebração do contrato, tivessem podido influir na decisão de contratar ou nas condições do contrato.
2. No prazo de 30 dias a contar do momento em que tenha conhecimento do agravamento do risco, o Segurador pode:
 - a) Apresentar ao Tomador do Seguro proposta de modificação do contrato, que este deve aceitar ou recusar em igual prazo, findo o qual se entende aprovada a modificação proposta;
 - b) Resolver o contrato, demonstrando que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.
3. A resolução produz efeitos decorridos que sejam 15 dias sobre a sua comunicação.

CLÁUSULA 8ª - SINISTRO E AGRAVAMENTO DO RISCO

1. Se antes da cessação ou da alteração do contrato nos termos previstos na cláusula anterior ocorrer o sinistro cuja verificação ou consequência tenha sido influenciada pelo agravamento do risco, o Segurador:
 - a) Cobre o risco, efetuando a prestação convencionada, se o agravamento tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro ou antes de decorrido o prazo previsto no n.º 1 da Cláusula anterior;
 - b) Cobre parcialmente o risco, reduzindo-se a sua prestação na proporção entre o prêmio efetivamente cobrado e aquele que seria devido em função das reais circunstâncias do risco, se o agravamento não tiver sido correta e tempestivamente comunicado antes do sinistro;
 - c) Pode recusar a cobertura em caso de comportamento doloso do Tomador do Seguro ou do Segurado com o propósito de obter uma vantagem, mantendo direito aos prêmios vencidos.
2. Na situação prevista nas alíneas a) e b) do número anterior, sendo o agravamento do risco resultante de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, o Segurador não está obrigado ao pagamento da prestação se demonstrar que, em caso algum, celebra contratos que cubram riscos com as características resultantes desse agravamento do risco.

CAPÍTULO III**PAGAMENTO E ALTERAÇÃO DOS PRÉMIOS****CLÁUSULA 9ª - VENCIMENTO DOS PRÉMIOS**

1. Salvo convenção em contrário, o prêmio inicial, ou a primeira fração deste, é devido na data da celebração do contrato.
2. As frações seguintes do prêmio inicial, o prêmio de anuidades subsequentes e as sucessivas frações deste são devidos nas datas estabelecidas no contrato.
3. A parte do prêmio de montante variável relativa a acerto do valor e, quando seja o caso, a parte do prêmio correspondente a alterações ao contrato são devidas nas datas indicadas nos respetivos avisos.

CLÁUSULA 10ª - COBERTURA

A cobertura dos riscos depende do prévio pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 11ª - AVISO DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. Na vigência do contrato, o Segurador deve avisar por escrito o Tomador do Seguro do montante a pagar, assim como da forma e do lugar de pagamento, com uma antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que se vence o prêmio, ou frações deste.
2. Do aviso devem constar, de modo legível, as consequências da falta de pagamento do prêmio ou de sua fração.
3. Nos contratos de seguro em que seja convencionado o pagamento do prêmio em frações de periodicidade igual ou inferior a três meses e em cuja documentação contratual se indiquem as datas de vencimento das sucessivas frações do prêmio e os respetivos valores a pagar, bem como as consequências do seu não pagamento, o Segurador pode optar por não enviar o aviso referido no n.º 1, cabendo-lhe, nesse caso, a prova da emissão, da aceitação e do envio ao Tomador do Seguro da documentação contratual referida neste número.

CLÁUSULA 12ª - FALTA DE PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

1. A falta de pagamento do prêmio inicial, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, determina a resolução automática do contrato a partir da data da sua celebração.
2. A falta de pagamento do prêmio de anuidades subsequentes, ou da primeira fração deste, na data do vencimento, impede a prorrogação do contrato.
3. A falta de pagamento determina a resolução automática do contrato na data do vencimento de:
 - a) Uma fração do prêmio no decurso de uma anuidade;
 - b) Um prêmio adicional resultante de uma modificação do contrato fundada num agravamento superveniente do risco.
4. O não pagamento, até à data do vencimento, de um prêmio adicional resultante de uma modificação contratual determina a ineficácia da alteração, subsistindo o contrato com o âmbito e nas condições que vigoravam antes da pretendida modificação, a menos que a subsistência do contrato se revele impossível, caso em que se considera resolvido na data do vencimento do prêmio não pago.

CLÁUSULA 13ª - ALTERAÇÃO DO PRÉMIO

Não havendo alteração no risco, qualquer alteração do prêmio aplicável ao contrato apenas pode efetuar-se no vencimento anual seguinte.

CAPÍTULO IV**INÍCIO DE EFEITOS, DURAÇÃO E VICISSITUDES DO CONTRATO****CLÁUSULA 14ª - INÍCIO DA COBERTURA E DE EFEITOS**

1. A cobertura dos riscos tem início às zero horas da data indicada nas Condições Particulares, atendendo ao previsto na Cláusula 10ª.
2. O fixado no número anterior é igualmente aplicável ao início de efeitos do contrato, caso distinto do início da cobertura dos riscos.

CLÁUSULA 15ª - DURAÇÃO

1. O contrato indica, nas Condições Particulares, a sua duração, podendo ser por um período certo e determinado (seguro temporário) ou por um ano prorrogável por novos períodos de um ano.
2. Os efeitos do contrato cessam às 24 horas do último dia do seu prazo.
3. A prorrogação prevista no n.º 1 não se efetua se qualquer das partes denunciar o contrato com 30 dias de antecedência mínima em relação à data da prorrogação, ou se o Tomador do Seguro não proceder ao pagamento do prêmio.

CLÁUSULA 16ª - RESOLUÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato pode ser resolvido pelas partes a todo o tempo, havendo justa causa, mediante correio registado.
2. O Segurador pode invocar a ocorrência de uma sucessão de sinistros na anuidade como causa relevante para o efeito previsto no número anterior.

3. O montante do prêmio a devolver ao Tomador do Seguro em caso de cessação antecipada do contrato é calculado proporcionalmente ao período de tempo que decorreria da data da cessação da cobertura até ao vencimento do contrato, salvo convenção de cálculo diverso pelas partes em função de razão atendível, como seja a garantia de separação técnica entre a tarificação dos seguros anuais e a dos seguros temporários.
4. A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do dia em que seja eficaz.
5. Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado, o Segurador deve avisar o Segurado da resolução do contrato logo que possível, no máximo até 20 dias após a não renovação ou a resolução.
6. A resolução produz efeitos decorridos que sejam 15 dias sobre a data da sua comunicação.
7. Sempre que o Tomador do Seguro não coincida com o Segurado identificado nas Condições Particulares, este deve ser avisado, da resolução ou da não renovação do contrato.
8. Existindo privilégio creditório sobre os bens que constituem o objeto seguro, o Segurador obriga-se a comunicar por escrito à entidade credora, expressamente identificada nas Condições Particulares, resolução do contrato com a antecedência mínima de 15 dias em relação à data em que produz os seus efeitos.

CLÁUSULA 17ª - TRANSMISSÃO DA PROPRIEDADE DO BEM SEGURO, OU DO INTERESSE SEGURO

1. Salvo convenção em contrário, no caso de transmissão da propriedade do bem seguro ou do interesse do Segurado no mesmo, a obrigação do Segurador para com o novo proprietário ou interessado depende da sua notificação pelo Tomador do Seguro, pelo Segurado ou pelos seus legais representantes, sem prejuízo do regime legal do agravamento do risco.
2. Se a transmissão da propriedade do bem seguro ou do interesse se verificar por falecimento do Segurado a responsabilidade do Segurador subsiste para com os herdeiros enquanto forem pagos os respetivos prémios.
3. Salvo convenção em contrário, no caso de insolvência do Tomador do Seguro ou do Segurado, a responsabilidade do Segurador subsiste para com a massa falida, presumindo-se que a declaração de insolvência constitui fator de agravamento do risco.

CAPÍTULO V

PRESTAÇÃO PRINCIPAL DO SEGURADOR

CLÁUSULA 18.ª - CAPITAL SEGURO

1. A determinação do capital seguro, no início e na vigência do contrato, é sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro, devendo atender, na parte relativa ao bem seguro, ao disposto nos números seguintes.
2. O valor do capital seguro para edifícios deve corresponder ao custo de mercado da respetiva reconstrução, tendo em conta o tipo de construção ou outros fatores que possam influenciar esse custo, ou ao valor matricial no caso de edifícios para expropriação ou demolição.
3. À exceção do valor dos terrenos, todos os elementos constituintes ou incorporados pelo proprietário ou pelo titular do interesse seguro, incluindo o valor proporcional das partes comuns, devem ser tomados em consideração para a determinação do capital seguro referido no número anterior.
4. No Seguro de Mobiliário ou de Recheio o capital seguro deverá corresponder ao custo de substituição dos bens, objeto do contrato, pelo seu valor em novo.
5. No Seguro de Mercadorias o capital seguro deverá corresponder ao preço corrente de aquisição para o Segurado, ou no caso de se tratar de produtos por ele fabricados, ao valor dos materiais transformados e/ou incorporados, acrescido do custo de fabrico.
6. No Seguro de Equipamento destinado à atividade do Tomador do Seguro ou do Segurado:

6.1. O capital seguro deverá corresponder ao custo em novo do equipamento, deduzido da depreciação inerente ao seu uso e estado.

6.2. Mediante convenção expressa nas Condições Particulares, o capital seguro para equipamento industrial poderá ser determinado pelo valor de substituição em novo dos bens seguros, com sujeição, neste caso, ao disposto na condição especial 109.

7. Os bens de terceiros existentes no local de risco para fins inerentes à atividade do Segurado deverão ser expressamente descritos e valorizados nas Condições Particulares, exclusivamente nos termos dos pontos anteriores.
8. Na eventualidade de contratação da cobertura de Avaria de Máquinas o capital a segurar para as máquinas e equipamentos inseridos nesta cobertura deve ser o correspondente ao seu valor em novo, isto é, o seu custo atual de aquisição no mercado, nos termos definidos na respetiva Condição Especial.

CLÁUSULA 19.ª - INSUFICIÊNCIA OU EXCESSO DE CAPITAL

1. Salvo convenção em contrário, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, inferior ao determinado nos termos da cláusula anterior, o Segurador só responde pelo dano na respetiva proporção, respondendo o Tomador do Seguro ou o Segurado pela restante parte dos prejuízos como se fosse Segurador.
2. Aquando da prorrogação do contrato, o Segurador informa o Tomador do Seguro no que respeita ao seguro obrigatório de incêndio, do previsto no número anterior e do valor seguro do imóvel, a considerar para efeito de indemnização em caso de perda total, e dos critérios da sua atualização, sob pena de não aplicação da redução proporcional prevista no número anterior, na medida do incumprimento.
3. Salvo convenção em contrário, se o capital seguro pelo presente contrato for, na data do sinistro, superior ao determinado nos termos da cláusula anterior, a indemnização a pagar pelo Segurador não ultrapassa o custo de reconstrução ou o valor matricial previstos nos mesmos números, tratando-se de seguro de imóveis. Tratando-se de Seguro de Mobiliário ou de Recheio, de Seguro de Mercadorias ou de Seguro de Equipamento Industrial a indemnização a pagar pelo Segurador não ultrapassará o valor do capital seguro definido em conformidade com os critérios previstos para estes seguros na cláusula anterior.
4. No caso previsto no número anterior, o Tomador do Seguro ou o Segurado podem sempre pedir a redução do contrato, a qual, havendo boa fé de ambos, determina a devolução dos sobreprémios que tenham sido pagos nos dois anos anteriores ao pedido de redução, deduzidos os custos de aquisição calculados proporcionalmente.
5. Segurando-se diversos bens por quantias e verbas designadas separadamente, as regras constantes dos anteriores números 1 e 3 são aplicáveis a cada uma delas, como se fossem seguros distintos.

CLÁUSULA 20.ª - PLURALIDADE DE SEGUROS

1. Quando um mesmo risco relativo ao mesmo interesse e por idêntico período esteja seguro por vários Seguradores, o Tomador do Seguro ou o Segurado deve informar dessa circunstância o Segurador, logo que tome conhecimento da sua verificação, bem como aquando da participação do sinistro.
2. A omissão fraudulenta da informação referida no número anterior exonera o Segurador da respetiva prestação.
3. O sinistro verificado no âmbito dos contratos referidos no n.º 1 é indemnizado por qualquer dos Seguradores, à escolha do Segurado, dentro dos limites da respetiva obrigação.

CAPÍTULO VI

OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

CLÁUSULA 21.ª OBRIGAÇÕES DO TOMADOR DO SEGURO E DO SEGURADO

1. Em caso de sinistro coberto pelo presente contrato, o Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se:

- a) **A comunicar tal facto, por escrito, ao Segurador, no mais curto prazo de tempo possível, nunca superior a 8 dias a contar do dia da ocorrência ou do dia em que tenha conhecimento da mesma, explicitando as suas circunstâncias, causas eventuais e consequências;**
 - b) A tomar as medidas ao seu alcance no sentido de prevenir ou limitar as consequências do sinistro, as quais incluem, na medida do razoável, seja a não remoção ou alteração, ou o não consentimento na remoção ou na alteração, de quaisquer vestígios do sinistro, sem acordo prévio do Segurador, seja a guarda e conservação dos salvados;
 - c) A prestar ao Segurador as informações que este solicite relativas ao sinistro e às suas consequências;
 - d) A não prejudicar o direito de sub-rogação do Segurador nos direitos do Segurado contra o terceiro responsável pelo sinistro, decorrente da cobertura do sinistro por aquele;
 - e) A cumprir as prescrições de segurança que sejam impostas pela lei, regulamentos legais ou cláusulas deste contrato.
2. O Tomador do Seguro ou o Segurado obrigam-se ainda:
- a) A não agravarem, voluntariamente, as consequências do sinistro, ou dificultarem, intencionalmente, o salvamento dos bens seguros;
 - b) A não subtraírem, sonegarem, ocultarem ou alienarem os salvados;
 - c) A não impedirem, não dificultarem e colaborarem com o Segurador no apuramento da causa do sinistro ou na conservação, beneficiação ou venda de salvados e bem assim a permitir que o Segurador mande proceder às remoções que julgar convenientes, vigiar o local do sinistro ou os salvados, bem como promover à sua beneficiação ou venda por conta de quem pertencerem e pelo melhor preço.
 - d) A não exagerarem, usando de má fé, o montante do dano ou indicarem coisas falsamente atingidas pelo sinistro;
 - e) A não usarem de fraude, simulação, falsidade ou de quaisquer outros meios dolosos, bem como de documentos falsos para justificarem a reclamação.
 - f) A apresentar logo que possível, em caso de sinistro, às autoridades competentes, queixa dos roubos ou furtos do objeto seguro, fornecendo ao Segurador documento comprovativo, bem como promover todas as diligências condicentes à descoberta dos objetos subtraídos e dos autores do crime.
3. O incumprimento do previsto nas alíneas a) a c) do n.º 1 determina, salvo o previsto no número seguinte:
- a) A redução da prestação do Segurador atendendo ao dano que o incumprimento lhe cause;
 - b) A perda da cobertura se for doloso e tiver determinado dano significativo para o Segurador.
4. **No caso do incumprimento do previsto nas alíneas a) e c) do n.º 1, a sanção prevista no número anterior não é aplicável quando o Segurador tiver conhecimento do sinistro por outro meio durante os 8 dias previstos nessa alínea, ou o obrigado à comunicação prove que não poderia razoavelmente ter procedido à comunicação devida em momento anterior àquele em que o fez.**
5. O incumprimento do previsto nas demais alíneas do n.º 1 e no n.º 2 determina a responsabilidade por perdas e danos do incumpridor.
6. Relativamente à cobertura de responsabilidade civil, o Segurador substitui o Segurado na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo, sujeitando-se à ação direta de terceiros lesados ou respetivos herdeiros. Quando o Segurado e o lesado tiverem contratado um seguro com o mesmo Segurador ou existindo qualquer outro conflito de interesses, o Segurado, frustrada a resolução do litígio por acordo, pode confiar a sua defesa a quem entender, não assumindo o Segurador quaisquer custos daí decorrentes.

CLÁUSULA 22.ª - OBRIGAÇÃO DE REEMBOLSO PELO SEGURADOR DAS DESPESAS HAVIDAS COM O AFASTAMENTO E MITIGAÇÃO DO SINISTRO

1. O Segurador paga ao Tomador do Seguro ou ao Segurado as despesas efetuadas em cumprimento do dever fixado na alínea b) do n.º 1 da Cláusula anterior, desde que razoáveis e proporcionadas, ainda que os meios empregados se revelem ineficazes.

2. As despesas indicadas no número anterior devem ser pagas pelo Segurador antecipadamente à data da regularização do sinistro, quando o Tomador do Seguro ou o Segurado exija o reembolso, as circunstâncias o não impeçam e o sinistro esteja coberto pelo seguro.
3. O valor devido pelo Segurador nos termos do n.º 1 é deduzido ao montante do capital seguro disponível, salvo se corresponder a despesas efetuadas em cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.
4. Em caso de seguro por valor inferior ao do interesse seguro ao tempo do sinistro, o pagamento a efetuar pelo Segurador nos termos do n.º 1 reduz-se na proporção do interesse coberto e dos interesses em risco, exceto se as despesas a pagar decorrerem do cumprimento de determinações concretas do Segurador ou a sua cobertura autónoma resultar do contrato.
5. A realização de gastos de afastamento e mitigação do sinistro com o prévio acordo do Segurador não significa o reconhecimento da responsabilidade deste pela ocorrência do sinistro.

CLÁUSULA 23.ª - INSPEÇÃO DO LOCAL DE RISCO

1. O Segurador pode mandar inspecionar, por representante credenciado e mandatado, os bens seguros e verificar se são cumpridas as condições contratuais, obrigando-se o Tomador do Seguro ou o Segurado a fornecer as informações que lhe forem solicitadas.
2. A recusa injustificada do Tomador do Seguro ou do Segurado, ou de quem os represente, em permitir o uso da faculdade mencionada, confere ao Segurador o direito de proceder à resolução do contrato a título de justa causa nos termos previstos na cláusula 16.ª

CLÁUSULA 24.ª - OBRIGAÇÕES DO SEGURADOR

1. As averiguações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à avaliação dos danos, devem ser efetuados pelo Segurador com a adequada prontidão e diligência, sob pena de responder por perdas e danos.
2. O Segurador deve pagar a indemnização, ou autorizar a reparação ou reconstrução, logo que concluídas as investigações e peritagens necessárias ao reconhecimento do sinistro e à fixação do montante dos danos, sem prejuízo de pagamentos por conta, sempre que se reconheça que devem ter lugar.
3. Decorridos 30 dias das conclusões previstas no número anterior sem que haja sido paga a indemnização ou autorizada a reparação ou reconstrução, são devidos juros à taxa legal em vigor sobre, respetivamente, o montante daquela ou o preço médio a valores de mercado da reparação ou reconstrução.

CAPÍTULO VII**PROCESSAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO OU DA REPARAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO****CLÁUSULA 25.ª - DETERMINAÇÃO DO VALOR DA INDEMNIZAÇÃO OU DA REPARAÇÃO OU RECONSTRUÇÃO**

1. Em caso de sinistro, a avaliação do valor dos bens seguros, bem como dos danos, é efetuada entre o Segurado e o Segurador, ainda que o contrato produza efeitos a favor de terceiro, observando-se para o efeito os critérios estabelecidos para a determinação do capital seguro.
2. Salvo convenção em contrário, o Segurador não indemniza o agravamento que possa advir no custo da reparação ou reconstrução dos imóveis seguros em consequência de alteração de alinhamento ou de modificações a fazer nas características da sua construção.
3. Tratando-se de construções feitas em terreno alheio, a indemnização do Segurador empregar-se-á diretamente na reparação ou reconstrução do imóvel no mesmo terreno onde se encontrava, pagando os trabalhos à medida da sua execução até ao valor seguro.

CLÁUSULA 26.ª - FORMA DE PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO

1. O Segurador paga a indemnização em dinheiro, sempre que a substituição, reposição, reparação ou reconstrução dos bens seguros, destruídos ou danificados, não seja possível, não repare integralmente os danos, ou seja excessivamente onerosa para o devedor.

2. Quando não se fixar uma indemnização em dinheiro, o Segurado deve, sob pena de responder por perdas e danos, prestar ao Segurador, ou a quem este indicar, colaboração razoável, com vista a uma pronta reconstituição da situação anterior ao sinistro.

CLÁUSULA 27.ª - PAGAMENTO DA INDEMNIZAÇÃO A CREDITORES

1. Quando a indemnização for paga a credores hipotecários, pignoratórios ou outros em favor dos quais o seguro tenha sido celebrado, o Segurador poderá exigir-lhes, se assim o entender, ainda que o contrato tenha sido por eles efetuado e em seu próprio benefício, que o pagamento se faça em termos que validamente permitam o distrato ou a exoneração da dívida na parte relativa ao valor indemnizado.
2. A faculdade referida no n.º anterior não constitui uma obrigação para o Segurador, nem implica para ela qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA 28.ª - SEGURO DE BENS EM USUFRUTO

1. Salvo estipulação em contrário expressa na apólice, o seguro de bens objeto de usufruto considera-se efetuado em proveito comum do proprietário e do usufrutuário, ainda que seja contratado isoladamente por qualquer deles, entendendo-se, a todo o tempo da sua vigência, que ambos os interessados contribuíram para o pagamento do prémio.
2. Em caso de sinistro a indemnização será paga mediante recibo por eles assinado conjuntamente.

CLÁUSULA 29.ª - SUB-ROGAÇÃO, REEMBOLSO E REGRESSO

1. O Segurador, uma vez paga a indemnização, fica sub-rogado, até à concorrência da quantia indemnizada, em todos os direitos do Segurado contra terceiro responsável pelos prejuízos, obrigando-se o Segurado a praticar o que necessário for para efetivar esses direitos.
2. O Segurado responderá por perdas e danos por qualquer ato ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.
3. Assiste ainda ao Segurador o direito de reembolso ou de regresso, sempre que o mesmo resulte da lei ou de disposição constante do presente contrato.

CLÁUSULA 30.ª - REDUÇÃO AUTOMÁTICA DO CAPITAL SEGURO

Salvo convenção em contrário, após a ocorrência de um sinistro, o capital seguro fica, até ao vencimento do contrato, automaticamente reduzido do montante correspondente ao valor da indemnização atribuída, sem que haja lugar a estorno de prémio.

CAPÍTULO VIII**DISPOSIÇÕES DIVERSAS****CLÁUSULA 31.ª - INTERVENÇÃO DE MEDIADOR DE SEGUROS**

1. Nenhum mediador de seguros se presume autorizado a, em nome do Segurador, celebrar ou extinguir contratos de seguro, a contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou a validar declarações adicionais, salvo o disposto nos números seguintes.
2. Pode celebrar contratos de seguro, contrair ou alterar as obrigações deles emergentes ou validar declarações adicionais, em nome do Segurador, o mediador de seguros ao qual o Segurador tenha conferido, por escrito, os necessários poderes.
3. Não obstante a carência de poderes específicos para o efeito da parte do mediador de seguros, o seguro considera-se eficaz quando existam razões ponderosas, objetivamente apreciadas, tendo em conta as circunstâncias do caso, que justifiquem a confiança do Tomador do Seguro de boa fé na legitimidade do mediador, desde que o Segurador tenha igualmente contribuído para fundar a confiança do Tomador do Seguro.

CLÁUSULA 32.ª - REGIME DE COSSEGURO

Sendo o presente contrato estabelecido em regime de cosseguro, fica sujeito ao disposto, para o efeito, na respetiva cláusula.

CLÁUSULA 33.ª - COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES ENTRE AS PARTES

1. As comunicações ou notificações do Tomador do Seguro ou do Segurado previstas nesta apólice consideram-se válidas e eficazes caso sejam efetuadas para a sede social do Segurador ou da sucursal, consoante o caso.
2. As comunicações previstas no presente contrato devem revestir forma escrita ou ser prestadas por outro meio de que fique registo duradouro.
3. O Segurador só está obrigado a enviar as comunicações previstas no presente contrato se o destinatário das mesmas estiver devidamente identificado no contrato, considerando-se validamente efetuadas se remetidas para o respetivo endereço constante da apólice.

CLÁUSULA 34.ª - LEI APLICÁVEL E ARBITRAGEM

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.
2. Podem ser apresentadas reclamações no âmbito do presente contrato aos serviços do Segurador identificados no contrato e, bem assim, à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (www.asf.com.pt).
3. Nos litígios surgidos ao abrigo deste contrato pode haver recurso à arbitragem, a efetuar nos termos da lei.

CLÁUSULA 35.ª - FORO

O foro competente para dirimir os litígios emergentes deste contrato é o fixado na lei civil.

QUADRO I - LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO GARANTIDOS AO ABRIGO DAS SEGUINTE COBERTURAS REFERIDAS NA CLÁUSULA 2.ª DAS CONDIÇÕES GERAIS

COBERTURAS	LIMITES DE INDEMNIZAÇÃO
QUEBRA DE VIDROS, ESPELHOS FIXOS E ANÚNCIOS LUMINOSOS	1% DO CAPITAL SEGURO NO MÁXIMO DE 12.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
QUEBRA OU QUEDA DE ANTENAS EXTERIORES DE TV E TSF, E PAINÉIS SOLARES	1% DO CAPITAL SEGURO, NO MÁXIMO DE 5.000,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
DESENHOS E DOCUMENTOS	1% DO CAPITAL SEGURO PARA O CONTEÚDO, NO MÁXIMO DE 2.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE

QUADRO II - LIMITES DE CAPITAL, GARANTIDOS PELAS SEGUINTE COBERTURAS FACULTATIVAS

COBERTURAS	LIMITES
DANOS EM BENS DO SENHORIO	5% DO CAPITAL SEGURO PARA O CONTEÚDO, NO MÁXIMO DE 2.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
PERDAS DE RENDAS	5% DO CAPITAL SEGURO PARA O IMÓVEL, NO MÁXIMO DE 7.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
RESPONSABILIDADE CIVIL	PROPRIETÁRIO 25% DO CAPITAL SEGURO PARA O IMÓVEL, NO MÁXIMO DE 50.000,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE INQUILINO / OCUPANTE 25% DO CAPITAL SEGURO PARA O CONTEÚDO, NO MÁXIMO DE 50.000,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE DESPESAS JUDICIAIS CUSTAS - 2.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE HONORÁRIOS - 1.500,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
BENS TRANSPORTADOS	MÁXIMO DE 1.250,00 €, POR VEÍCULO TRANSPORTADOR
BENS EXISTENTES EM COFRE	5% DO CAPITAL SEGURO PARA O CONTEÚDO, NO MÁXIMO DE 5.000,00 €, POR SINISTRO/ANUIDADE
PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA DO USO DO LOCAL ARRENDADO OU OCUPADO	5% DO CAPITAL SEGURO PARA O CONTEÚDO, NO MÁXIMO DE 750,00 €

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Ao presente contrato de seguro apenas são aplicáveis as Condições Especiais que, de entre as seguintes, estejam expressamente identificadas nas Condições Particulares através do número que antecede as respetivas designações.

Na parte não especificamente regulamentada em cada uma das subsequentes Condições Especiais, aplicam-se as Condições Gerais da apólice.

091 - GREVES, TUMULTOS E ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA

1. Pela presente Condição Especial, fica expresso e acordado que, a apólice de que esta Condição faz parte integrante, com base nas especificações a seguir referidas, estenderá o âmbito da sua cobertura aos danos ocasionados ao objeto seguro em consequência de greves, tumultos e alterações da ordem pública que, para efeitos desta Condição Especial, serão entendidos como:

- Perdas ou danos aos bens seguros, diretamente ocasionados pelo:
 - 1.1. Procedimento de qualquer pessoa que tome parte, conjuntamente com outras, em quaisquer perturbações da ordem pública (diretamente ou não, relacionada com uma greve ou «lock-out»), mas desde que não se trate de uma ocorrência mencionada no número seguinte;
 - 1.2. Procedimento de qualquer autoridade legalmente constituída, ao reprimir ou tentar reprimir qualquer dessas perturbações, ou para minimizar as suas consequências;
 - 1.3. Procedimento intencional de qualquer grevista ou trabalhador suspenso, para fomentar uma greve ou em resistência à suspensão ou «lock-out»;
 - 1.4. Procedimento de qualquer autoridade legalmente constituída, com o fim de evitar ou tentar evitar qualquer desses procedimentos, ou para minimizar as suas consequências.

2. Por este meio fica igualmente expresso e acordado que:

- 2.1. À cobertura conferida por esta Condição Especial, serão aplicáveis todos os termos, condições, estipulações e exclusões da apólice base, salvo naquilo em que as mesmas sejam alteradas expressamente nas especificações a seguir mencionadas e qualquer referência a perda ou dano no articulado da apólice deverá ser considerada como incluindo os riscos aqui seguros;
- 2.2. As exclusões a seguir mencionadas somente são aplicáveis à cobertura conferida por esta condição e em todos os restantes aspetos serão válidas as condições da apólice.

EXCLUSÕES

1. Esta Condição Especial não cobre:

- a) Perda ou dano resultante de suspensão total ou parcial dos trabalhos ou do atraso, interrupção ou cessação de qualquer processo ou operação;
- b) Perda ou dano ocasionado por expropriação permanente ou temporária resultante de confiscação, apropriação ou requisição, levada a efeito por qualquer autoridade legalmente constituída;
- c) Perda ou dano ocasionado por expropriação permanente ou temporária de qualquer edifício, em resultado de ocupação ilegal desse edifício por qualquer pessoa;
- d) Contudo, e ao abrigo das supracitadas alíneas b) e c), o Segurador não fica desobrigado da sua responsabilidade perante o Segurado, relativamente aos danos materiais acontecidos aos bens seguros, e que tenham ocorrido antes da expropriação.

2. Esta Condição Especial não cobre, igualmente, qualquer perda ou dano ocasionado direta ou indiretamente por, ou que se deva ou seja consequência de qualquer das seguintes ocorrências:

- a) Guerra, invasão, atos de potências inimigas, hostilidades ou operações bélicas (com declaração de guerra ou não), guerra civil, lei marcial e poder militar ou usurpado;
- b) Motins e comoções civis, levantamento ou tomada de poder por militares, incluindo ações tomadas pelas autoridades existentes «de jure» ou «de facto» para prevenir, defender-se ou combater tais ocorrências;

- c) Ações hostis ou de guerra de qualquer pessoa que atue em nome ou em conexão com quaisquer organizações com atividades dirigidas para o derrube, pela força, do governo «de jure» ou «de facto», ou para o influenciar por atos de terrorismo e/ou violência;
- d) Em qualquer ação, processo ou outra medida judicial, em que o Segurador alegue que em virtude do estipulado nestas condições a perda ou dano não está ao abrigo da cobertura, o ónus da prova em contrário recai sobre o Segurado;
- e) Os danos resultantes de depreciação, atraso, deterioração, alteração na temperatura, humidade ou condições de ambiente, interferência com operações habituais, perda de produção ou de mercado ou quaisquer outras perdas consequenciais ou indiretas de qualquer espécie, sem prejuízo de aplicação ao disposto nas Condições Especiais n.ºs 110 e 112, caso seja contratada alguma daquelas coberturas.

3. O Segurador pode cancelar esta cobertura em seguida à ocorrência de qualquer sinistro ou, a todo o tempo, com aviso prévio de 15 dias, proceder à alteração do respetivo prémio.

Se o Tomador do Seguro não der a sua concordância, por escrito, à alteração do prémio, esta cobertura considerar-se-á sem efeito, sem necessidade de novo aviso, decorrido que seja o referido prazo.

Neste caso, o Tomador do Seguro ficará com direito a receber o estorno do prémio “pro rata temporis” relativo ao período não decorrido. Fica, no entanto, estabelecido que, em cada sinistro, haverá sempre que deduzir à indemnização que couber ao Segurador liquidar, o valor da franquia declarada nas Condições Particulares.

- 4. Fica igualmente acordado que o valor indemnizável por esta Condição Especial não poderá exceder o montante fixado nas Condições Particulares durante o período de seguro.
- 5. Em caso de sinistro coberto, a importância a indemnizar será reduzida do valor da franquia indicada nas Condições Particulares.

093 - ATOS DE VANDALISMO E MALICIOSOS

1. Pela presente Condição Especial, fica expresso e acordado que, em complemento aos termos, condições e exclusões contidas na apólice ou nela mencionadas e sujeito ao prévio pagamento por parte do Tomador do Seguro do prémio adicional acordado, a apólice a que esta condição é anexa, com base nas especificações a seguir referidas, estenderá o âmbito da sua cobertura aos danos causados aos bens seguros em consequência de:

- a) Atos de vandalismo e maliciosos;
- b) Atos praticados por qualquer autoridade legalmente constituída, por ocasião das ocorrências mencionadas na alínea a), para a salvaguarda ou proteção de bens e pessoas.

2. Em complemento das Exclusões Gerais da apólice ficam excluídos desta Condição Especial, as perdas ou danos resultantes ou consequência de:

- a) Furto ou roubo, direta ou indiretamente relacionado com os riscos cobertos por esta Condição Especial;
- b) Interrupção, total ou parcial, do trabalho ou cessação de qualquer processo de laboração em curso, de demora ou de perda de mercado, e/ou quaisquer outros prejuízos indiretos ou consequenciais semelhantes;
- c) Atos de sabotagem.

3. Se o(s) montante(s) seguro(s) do(s) bem(ns) danificado(s) for(em) inferior(es) ao(s) valor(es) de substituição, a importância a indemnizar ao abrigo desta cláusula, por tais encargos extra, será reduzida na mesma proporção.

4. O Segurador pode cancelar esta cobertura em seguida à ocorrência de qualquer sinistro ou, com aviso prévio de quinze dias, proceder à alteração do respetivo prémio.

Se o Tomador do Seguro não der a sua concordância, por escrito, à alteração, do prémio, esta cobertura considerar-se-á sem efeito, sem necessidade de novo aviso, decorrido que seja o referido prazo.

Neste caso, o Tomador do Seguro ficará com direito a receber o estorno do prémio "pro rata temporis" relativo ao período não decorrido.

5. Fica igualmente acordado que o valor indemnizável por esta Condição Especial não poderá exceder o montante fixado nas Condições Particulares durante o período de vigência da apólice.
6. Em caso de sinistro coberto, a importância a indemnizar será reduzida do valor da franquia indicada nas Condições Particulares.

094 - DANOS EM BENS DO SENHORIO (CONTEÚDOS)

Nos termos desta cláusula, este contrato garante o pagamento das despesas efetuadas com a reparação ou substituição de bens pertencentes ao senhorio, afetados por um sinistro garantido por esta apólice, até ao limite fixado no Quadro II anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

- A indemnização será paga contra a apresentação de documentos comprovativos das despesas efetuadas.
- Esta garantia só funcionará quando o senhorio ou o respetivo Segurador não procederem às referidas reparações ou substituições.
- Em caso de sinistro coberto, a importância será reduzida do valor da franquia indicada nas Condições Particulares.

095 - PERDA DE RENDAS (EDIFÍCIOS)

Nos termos desta cláusula, este contrato garante o pagamento ao Segurado, na sua qualidade de senhorio, do valor mensal das rendas que o imóvel seguro deixar de lhe proporcionar, por não poder ser ocupado, total ou parcialmente, em virtude da ocorrência de um sinistro coberto por esta apólice.

- A indemnização máxima por sinistro e anuidade será limitada ao capital fixado no Quadro II anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.
- Esta garantia considera-se válida durante o período de obras necessárias para a reposição do imóvel seguro, no estado anterior ao do sinistro, até ao máximo de 12 meses, não podendo, em caso algum, ultrapassar os valores estipulados.

096 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL E DESPESAS JUDICIAIS

1. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL

1.1. OBJETO DO SEGURO

Responsabilidade civil legal extracontratual imputável ao Segurado por danos patrimoniais e não patrimoniais, resultantes de lesões corporais e/ou materiais, causados a terceiros pela atividade da sua empresa, dentro das respetivas instalações seguras.

1.2. ÂMBITO DA COBERTURA

Considera-se garantida a responsabilidade por:

- Danos causados não intencionalmente pelo próprio Segurado, seus administradores, gerentes, empregados, assalariados ou mandatários, quando em serviço e no exercício das respetivas funções;
- Terrenos, edifícios, instalações, matérias-primas e mercadorias seguras, desde que diretamente relacionadas com a atividade comercial e/ou industrial do Segurado;
- Queda total ou parcial de anúncios luminosos ou outros, painéis publicitários, chaminés e antenas existentes nas instalações do Segurado;
- Ascensores ou escadas rolantes;
- Empilhadores quando em laboração nas instalações do Segurado;
- Danos causados a viaturas de visitantes, clientes ou outros terceiros.

- 1.3. Fica convencionado que a importância indemnizável ao abrigo desta cobertura, não poderá exceder o capital fixado no Quadro II anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

2. DESPESAS JUDICIAIS

- 2.1. O Segurador garante o pagamento dos gastos de processo e dos honorários de advogados em que o Segurado tenha de incorrer para assegurar a sua defesa, em consequência de facto ou omissão que envolva a sua responsabilidade civil, nos termos definidos no ponto 1.2.
- 2.2. A indemnização máxima por sinistro fica limitada aos valores fixados no Quadro II anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

3. REGIME A OBSERVAR EM CASO DE SINISTRO

- 3.1. Em caso de sinistro, fica reconhecido ao Segurador o direito de promover a regularização amigável ou litigiosa da reclamação que lhe seja dirigida, cabendo-lhe efetuar, com a prontidão e diligência exigíveis, todas as averiguações indispensáveis ao conhecimento das causas do sinistro e à avaliação dos danos.
- 3.2. Ao Segurado fica vedado reconhecer, por qualquer forma, expressa ou tacitamente, a sua responsabilidade sob pena de responder por perdas e danos, salvo se obtiver, previamente, para tanto, autorização expressa do Segurador.
- 3.3. Em caso de ação judicial, caberá ao Segurador o direito de orientação e direção da lide, ficando o Segurado vinculado ao dever de participar a existência de qualquer procedimento judicial contra ele instaurado e, quando o valor do pedido se situar dentro dos limites do capital seguro, a passar procuração, com os necessários poderes, ao advogado que o Segurador lhe indicar, cumprindo-lhe, ainda, fornecer toda a documentação e demais provas de que disponha e se mostrem úteis.
- 3.4. Em caso do valor do pedido exceder os limites do capital seguro através da cobertura de Responsabilidade Civil, ao Segurado é conferido o direito de livre escolha de advogado e/ou solicitador, desde que legalmente autorizados a assumir o respetivo patrocínio judiciário.
- 3.5. Porém, o direito previsto no número anterior não prejudica, em caso de ação cível, o direito de orientação e direção da lide conferido ao Segurador em 3.3., pelo que, antes de deduzir a defesa ou interpor qualquer recurso, o Segurado fica obrigado a, através do respetivo mandatário, consultar o Segurador sobre as linhas gerais da orientação e procedimentos a adotar, a fim de que esta possa aferir da probabilidade de sucesso do ato a praticar e, na sequência disso, dar ou recusar o seu acordo à proposta atuação.

Em caso de desacordo entre o Segurado e o Segurador sobre o procedimento a adotar, será a divergência dirimida por arbitragem. Se, por razões de urgência, o Segurador não puder ser consultado ou não houver tempo para realizar arbitragem, a falta de consulta ou não realização de arbitragem equivalem a oposição.

A não resposta do Segurador, no prazo de 5 dias úteis a contar do recebimento da consulta, valem, de igual modo, como oposição.

Em qualquer dos casos, é conferido ao Segurado o direito de recorrer da ação, a expensas suas, e o de ser reembolsado, sempre dentro dos limites do capital seguro, dos gastos que, nesse contexto, faça, se a sua pretensão vier a ser acolhida judicialmente.

4. Esta cobertura está sujeita a uma franquia de 10% do valor do sinistro com o mínimo de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) por sinistro em danos materiais, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

5. EXCLUSÕES

Além das exclusões previstas nas condições gerais esta Condição Especial não garante:

- 5.1. Responsabilidade por danos causados aos representantes legais, administradores, diretores e gerentes de direito ou de facto do Tomador do Seguro ou do Segurado, quando sejam uma pessoa coletiva ou sociedade, ainda que irregularmente constituída;
- 5.2. Responsabilidade resultante de doenças profissionais, acidentes de trabalho, bem como quaisquer responsabilidades do Tomador do Seguro e/ou do Segurado na qualidade de entidades patronais;
- 5.3. Responsabilidade do Tomador do Seguro e/ou do Segurado resultante de acordo ou contrato particular, na medida em que a mesma exceda a responsabilidade a que o Tomador do Seguro e/ou o Segurado estariam obrigados na ausência de tal acordo ou contrato;
- 5.4. Responsabilidade do Tomador do Seguro e/ou do Segurado por alteração do meio ambiente, em particular as causadas direta ou indiretamente por poluição ou contaminação do solo, das águas ou atmosfera, assim como todas aquelas que forem devidas à ação de fumos, vapores, vibrações, ruídos, cheiros, temperaturas, humidades, corrente elétrica, infiltrações lentas de águas ou outros líquidos, ainda que derivados de roturas, não acidentais, de canalizações e tubagens;
- 5.5. Responsabilidade por danos causados ao cônjuge, ascendentes, descendentes ou pessoas que façam parte do agregado familiar do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, bem como a empregados, mandatários ou prestadores de serviços, comissários, auxiliares ou prepostos;
- 5.6. Responsabilidade por danos causados pelos produtos e/ou trabalhos do Segurado, após entrega;
- 5.7. Responsabilidade por atos de natureza profissional, designadamente, erros ou omissões cometidos no exercício da respetiva atividade;
- 5.8. Responsabilidade por operações de carga, descarga ou distribuição de matérias-primas e mercadorias fora das instalações do Segurado;
- 5.9. Responsabilidade por Laboração de guias, pátios, escavadoras ou equipamentos análogos;
- 5.10. Responsabilidade por trabalhos de construção, demolição ou remodelação das instalações seguras;
- 5.11. Multas aplicadas ao Tomador do Seguro e/ou ao Segurado, assim como todas as despesas de justiça em processo crime;
- 5.12. Responsabilidade por acidentes de viação;
- 5.13. Responsabilidade por danos causados por animais.

101 - ATUALIZAÇÃO INDEXADA DE CAPITALS

1. Sem prejuízo do previsto na cláusula 19.ª das Condições Gerais, fica expressamente convencionado que o capital seguro pelo presente contrato, relativo ao edifício, identificado nas Condições Particulares, é automaticamente atualizado, em cada vencimento anual, de acordo com as variações do índice publicado trimestralmente pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões nos termos do n.º 1 do artigo 135.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de Abril.
2. As partes podem convencionar nas Condições Particulares uma periodicidade menor do que a anual para a atualização prevista no número anterior.
3. O capital atualizado, que consta do recibo do prémio, corresponde à multiplicação do capital que figura nas Condições Particulares pelo fator resultante da divisão do índice de vencimento pelo índice de base.
4. O prémio reflete o capital atualizado nos termos do número anterior.
5. Para efeitos desta Condição Especial, entende-se por:
 - a) Índice de base, o índice que corresponde à data de início da vigência da apólice ou da subscrição da presente garantia, sem prejuízo do n.º 8 da presente Condição Especial;
 - b) Índice de vencimento, o índice que corresponde à data de início de cada anuidade, nos termos do n.º 7.

6. O índice de base é indicado nas Condições Particulares do contrato, sendo o índice de vencimento mencionado no recibo do prémio.
7. Os índices referidos no n.º 5 são aplicados a cada contrato de harmonia com o seguinte quadro:

Início e vencimento anual da apólice	Índice IE (Índice de Edifícios) publicado pela ASF em
1.º Trimestre de cada ano	Outubro do ano anterior
2.º Trimestre de cada ano	Janeiro do mesmo ano
3.º Trimestre de cada ano	Abril do mesmo ano
4.º Trimestre de cada ano	Julho do mesmo ano

8. Se, a pedido do Tomador do Seguro, houver aumento de capital, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias e beneficiações, quer pela inclusão de novos bens, o índice de base indicado no contrato é substituído pelo índice correspondente ao trimestre em que se tiver verificado esta alteração, de acordo com o quadro referido no número anterior.
9. Salvo convenção em contrário, apenas se atualiza, de harmonia com o previsto nos números 1 e 3, o valor do edifício seguro ou a proporção segura do mesmo.
10. O estipulado nesta cláusula não dispensa o Tomador do Seguro de proceder a convenientes revisões do capital seguro, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias ou beneficiações, quer pela inclusão de novos bens.
11. Em caso de sinistro, não há lugar à aplicação da regra proporcional prevista no n.º 1 da Cláusula 19.ª das Condições Gerais da apólice se o capital seguro for igual ou superior a 85% do custo de reconstrução dos bens seguros.
12. O Tomador do Seguro pode renunciar à indexação estabelecida nesta Condição Especial desde que o comunique ao Segurador, com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao vencimento anual da apólice.

102 - ATUALIZAÇÃO CONVENCIONADA DE CAPITALS

1. Sem prejuízo do previsto na Cláusula 19.ª das Condições Gerais Uniformes, fica expressamente convencionado que o capital seguro pela presente apólice, constante das Condições Particulares, é automaticamente atualizado, em cada vencimento anual, ou noutra frequência temporal convencionada, pela aplicação da percentagem indicada para esse efeito nas Condições Particulares.
2. O capital atualizado consta do recibo de prémio correspondente, relativo à anuidade seguinte, ou ao período contratual não anual convencionado.
3. O estipulado nesta cláusula não dispensa o Tomador do Seguro de proceder a convenientes revisões do capital seguro, quer por reavaliação dos bens seguros, benfeitorias ou beneficiações, quer pela inclusão de novos bens.
4. Em caso de sinistro, não há lugar à aplicação da regra proporcional prevista no n.º 1 da Cláusula 19.ª das Condições Gerais da apólice se o capital seguro for igual ou superior a 85% do custo de reconstrução dos bens seguros.
5. O Tomador do Seguro pode renunciar à atualização estabelecida nesta Condição Especial desde que o comunique ao Segurador, com a antecedência mínima de 60 dias em relação ao vencimento anual da apólice.

103 - ATUALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE CAPITAL

Sem prejuízo do disposto no 134.º do Regime Jurídico do Contrato de Seguro fica expressamente convencionado que o Segurador assume a obrigação de considerar o capital garantido, para os bens patrimoniais, no início de cada anuidade deste seguro, o qual se designará nesta Condição Especial por

«capital base», acrescido de 1/365 (um trezentos e sessenta e cinco avos) por cada dia de risco decorrido, da percentagem indicada nas Condições Particulares, relativamente a cada uma das verbas da apólice, abrangidas por esta garantia. Os valores máximos fixados nos Quadros I e II anexos às Condições Gerais, não ficam sujeitos à aplicação desta Condição Especial. O Tomador do Seguro pagará por esta garantia adicional um sobreprémio de 50% (cinquenta por cento) do prémio anual, que corresponder ao total do aumento progressivo de capital a que esta Condição Especial dá lugar. O Tomador do Seguro conserva a faculdade de propor ao Segurador, no decurso de cada anuidade, alteração ao «capital base» inicialmente indicado, ficando abrangido pelos efeitos desta Condição Especial. O «capital base» de cada anuidade de vigência do seguro será o que vigorar no final da anuidade anterior, salvo se o Tomador do Seguro indicar, antes da data do vencimento, outros valores para o efeito, o mesmo se entendendo quanto às verbas abrangidas e respetivas percentagens de acréscimo progressivo.

104 - APÓLICES DE CAPITAL VARIÁVEL (FLUTUANTES)

1. Nos termos desta Condição Especial o presente contrato funciona em regime de capital variável garantindo ao Segurado, até ao limite do capital seguro, o pagamento dos danos, consequentes de qualquer dos riscos cobertos, ocasionados às matérias e mercadorias seguras, de harmonia com as existências efetivamente verificadas.
2. O Segurado obriga-se a possuir escrituração própria, comprovativa do movimento de entradas e saídas das mercadorias, nos locais onde se encontram seguras e a manter os respetivos livros escriturados em dia e à disposição do Segurador sempre que esta entenda oportuno consultá-los.
3. O Segurado obriga-se também a declarar mensalmente ao Segurador, até ao dia 25 (vinte e cinco) de cada mês, o maior valor das existências, em cada um dos locais indicados na apólice, verificados num dos dias do mês anterior.
4. Na falta do cumprimento da obrigação a que se refere o ponto 3., considerar-se-á como atingido, no mês ou meses em que o Segurador não tenha recebido a declaração, o valor máximo seguro para efeitos de cálculo do prémio provisional, sem prejuízo do direito legal de, em caso de sinistro, se proceder à liquidação deste na base do valor efetivamente existente, se este for inferior ao valor máximo contratado.
5. O cálculo de prémio e seu pagamento ficam acordados nos termos seguintes:
 - a) Na data da emissão da apólice e no início de cada anuidade subsequente, o Tomador do Seguro pagará um prémio provisional calculado sobre o valor do limite máximo coberto por esta apólice nessa anuidade. No caso de o prémio provisional assim calculado ser inferior ao mínimo estabelecido nas Condições Particulares, cobrar-se-á esta última quantia como prémio mínimo. Este prémio provisional nunca será estornável, nem mesmo nos casos de redução de capital ou de resolução do contrato;
 - b) No caso de aumento de capital ou de reposição por motivo de sinistro, cobrar-se-á o prémio provisional adicional correspondente ao capital aumentado ou repostado, proporcionalmente ao tempo que falta decorrer até à data do vencimento anual da apólice;
 - c) Sobre o valor das existências declaradas em cada mês incidirá uma taxa igual a 1/12 da taxa do contrato ou 1/6 nos seguros sazonais. Logo que o prémio daí resultante exceder o prémio mínimo cobrado inicialmente, cobrar-se-á, mensalmente, a diferença. No entanto, o Segurador fica com a faculdade de fazer acertos com outra periodicidade ou só no final do ano.
6. Fica entendido e acordado que, se por ocasião de qualquer sinistro se verificar que o valor declarado, correspondente aos bens atingidos, excede a importância segura, para esses mesmos bens, esta apólice ficará sujeita à aplicação da regra proporcional.

Assim, também em caso de sinistro, verificando-se que o valor declarado nas três últimas «aplicações» era inferior ao valor real dos bens, a indemnização será reduzida na proporção entre o valor declarado e o seu valor real.

7. Quando se encontre em vigor outra apólice sobre os mesmos bens e cobrindo os mesmos riscos, em caso de sinistro, a distribuição da cobertura será feita nos termos da Cláusula 20.^a das Condições Gerais, considerando-se como capital seguro pelo presente contrato a diferença entre o valor das existências verificadas no dia do sinistro e os valores cobertos pela apólice de capital fixo, limitada essa diferença ao capital máximo seguro pela presente apólice.
8. Sempre que o Segurador entender, nomeadamente em caso de sinistro, deverá o Segurado facultar os elementos da sua escrita, confirmativos dos valores constantes das últimas declarações recebidas, para além de toda e qualquer prova que deva ser feita para apuramento dos prejuízos.

105 - FENÓMENOS SÍSMICOS

1. ÂMBITO DA COBERTURA

- a) Ao abrigo desta cobertura, o contrato garante o pagamento dos danos causados aos bens seguros em consequência da ação direta de tremores de terra, terremotos, erupções vulcânicas, maremotos e fogo subterrâneo e ainda incêndio resultante destes fenómenos;
- b) Considerar-se-ão como um único sinistro, os fenómenos ocorridos dentro de um período de 72 horas após a constatação dos primeiros prejuízos verificados nos objetos seguros.

2. EXCLUSÕES

Ficam excluídos do âmbito desta cobertura:

- a) Os danos já existentes à data do sinistro;
- b) As construções de reconhecida fragilidade (isto é, aquelas que não tenham sido dimensionadas de acordo com a regulamentação vigente à data da construção e cuja estrutura, paredes exteriores, e cobertura não sejam maioritariamente construídas com materiais resistentes ao vento, designadamente betão armado, alvenaria e telha cerâmica), assim como naquelas em que os materiais de construção ditos resistentes não predominem em, pelo menos, 50%, e ainda todos os objetos que se encontrem no interior das construções acima indicadas;
- c) Os prédios desocupados total ou parcialmente e para demolição;
- d) Perdas ou danos nos bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, o edifício já se encontrava danificado, defeituoso, desmoronado ou deslocado das suas fundações, de modo a afetar a sua estabilidade e segurança global.

3. FRANQUIA

Fica, no entanto, estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador pagar, o valor da franquia declarado nas Condições Particulares.

106 - ALUIMENTOS DE TERRAS

1. ÂMBITO DA COBERTURA

Ao abrigo desta cobertura, o contrato garante o pagamento dos danos sofridos pelos bens seguros em consequência dos seguintes fenómenos geológicos: aluimentos, deslizamentos, derrocadas e afundimentos de terrenos.

2. EXCLUSÕES

Ficam excluídas do âmbito desta cobertura:

- a) Perdas ou danos resultantes de colapso total ou parcial das estruturas seguras, não relacionadas com os riscos geológicos garantidos;
- b) Perdas ou danos acontecidos em edifícios ou outros bens seguros, que estejam assentes sobre fundações que contrariem as normas técnicas ou as boas regras de engenharia de execução das mesmas, em função das características dos terrenos e do tipo de construção ou bens envolvidos nesta cobertura;
- c) Perdas ou danos resultantes de deficiência de construção, de projeto, de qualidade de terrenos ou outras características do risco, que fossem ou deveriam ser do conhecimento prévio do Tomador do Seguro e/ou do Segurado, assim como danos em bens seguros que estejam sujeitos à ação contínua da erosão e ação das águas, salvo se o Segurado fizer prova que os danos não têm qualquer relação com aqueles fenómenos;

- d) Perdas ou danos consequentes de qualquer dos riscos acima cobertos, desde que se verifiquem durante a ocorrência de abalos sísmicos ou no decurso das 72 horas seguintes à última manifestação do fenómeno sísmico;
- e) Perdas ou danos nos bens seguros se, no momento da ocorrência do evento, o edifício já se encontrava danificado, desmoronado ou deslocado das suas fundações, paredes, tetos, algerozes ou telhados.

3. FRANQUIA

Fica estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador pagar, o valor da franquia declarado nas Condições Particulares.

107 - RISCOS ELÉTRICOS

1. ÂMBITO DA COBERTURA

Ao abrigo desta cobertura, o contrato garante o pagamento dos danos ou prejuízos causados a quaisquer máquinas elétricas, transformadores, aparelhos e instalações elétricas e os seus acessórios, desde que considerados no seguro, em virtude de efeitos diretos de corrente elétrica, nomeadamente sobretensão e sobreintensidade, incluindo os produzidos pela eletricidade atmosférica, tal como a resultante de raio e curto-circuito, mesmo quando não resulte incêndio.

2. EXCLUSÕES

Ficam excluídos do âmbito da presente garantia os danos:

- a) Causados a fusíveis, resistências de aquecimento, lâmpadas de qualquer natureza, tubos catódicos dos componentes eletrônicos, quando não causados por incêndio ou pela explosão de um objeto vizinho;
- b) Devidos a desgaste pelo uso ou a qualquer deficiência de funcionamento mecânico;
- c) Que estejam abrangidos por garantias de fornecedor, fabricante ou instalador;
- d) Causados aos quadros e transformadores de mais de 500 kVA e aos motores de mais de 10 H.P.

- 3. Fica igualmente acordado que o valor indemnizável por esta Condição Especial não poderá exceder o montante fixado nas Condições Particulares durante o período de vigência da apólice.

4. FRANQUIA

Fica estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador pagar, o valor da franquia declarado nas Condições Particulares.

108 - PRIVAÇÃO TEMPORÁRIA DE USO DO LOCAL ARRENDADO OU OCUPADO (CONTEÚDOS)

- 1. Em consequência da efetivação de qualquer dos riscos abrangidos pela apólice, o Segurador garante o pagamento das despesas em que o Segurado tiver de razoavelmente incorrer com o transporte dos objetos seguros não destruídos e respetivo armazenamento e/ou com o exercício provisório da sua atividade noutro local em virtude de privação temporária do uso do local de risco.
- 2. A indemnização decorrente desta cobertura ficará subordinada aos seguintes limites:
 - a) Período de indemnização - período indispensável à reinstalação do Segurado no local onde se verificou o sinistro, no máximo de 6 meses;
 - b) Indemnização máxima mensal - 5% (cinco por cento) do valor dos bens que constituem o recheio seguro, até ao limite fixado no Quadro II anexo às Condições Gerais da apólice, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.
- 3. A indemnização será paga contra a apresentação de documentos comprovativos das despesas efetuadas, após dedução dos encargos a que o Segurado estaria sujeito se o sinistro não tivesse ocorrido e que, entretanto, deixou de suportar.

- 4. Os bens seguros que tenham sido transferidos para outro local de risco, ao abrigo desta cobertura, continuam garantidos nas mesmas condições desta apólice, sem prejuízo de eventual retificação do prémio, em conformidade com as características do novo local de risco.

109 - VALOR DE SUBSTITUIÇÃO - EQUIPAMENTO INDUSTRIAL

Pela presente se declara que, tendo o capital seguro relativo aos bens abrangidos por esta Condição sido determinado (ao abrigo do n.º 6.2. da Cláusula 18.ª das Condições Gerais) pelo seu valor de substituição em novo, a base sobre a qual se calculará a quantia indemnizável em caso de sinistro será o valor em novo, no dia do sinistro, de bens da mesma qualidade ou tipo, mas não superiores ou de maior amplitude do que os bens seguros quando novos, e observando-se as seguintes disposições:

- 1. O valor de substituição terá, como limite máximo, o dobro do valor dos bens sinistrados, no momento anterior ao do sinistro, calculado nos termos do ponto 6.1. da Cláusula 18.ª das Condições Gerais da apólice.
- 2. Na aplicação da proporcionalidade prevista na Cláusula 19.ª das Condições Gerais da apólice, considerar-se-á, como valor dos bens seguros destruídos ou danificados, o respetivo valor de substituição, com o limite fixado em 1.
- 3. A indemnização atribuível em resultado do disposto em 2. nunca poderá ser inferior à que seria devida se o contrato não incluísse esta Condição Especial.
- 4. Os trabalhos de substituição ou reparação devem ser começados e executados com razoável rapidez, devendo, em qualquer caso, ficar concluídos dentro de 12 meses após a destruição ou dano, ou dentro de qualquer outra extensão de prazo que o Segurador venha (durante os referidos 12 meses) a autorizar por escrito. De outro modo, nenhum pagamento será efetuado além da quantia que teria sido indemnizável ao abrigo desta apólice, se esta Condição não tivesse sido nela incorporada.
- 5. O Segurador só será responsável por qualquer pagamento na parte que exceda a quantia que seria indemnizável sob esta apólice, se esta Condição não tivesse sido nela incorporada, depois do Segurado ter incorrido nas despesas de substituição ou reparação dos bens destruídos ou danificados.

A substituição pode ser concretizada noutro local mais conveniente às necessidades do Segurado, mas a responsabilidade do Segurador não poderá, por esse facto, ser aumentada.

- 6. Esta Condição Especial ficará sem validade ou efeito se:
 - a) O Tomador do Seguro ou o Segurado não der conhecimento ao Segurador, dentro de 6 meses contados da data da destruição ou dano, ou qualquer outro prazo que o Segurador venha a conceder por escrito, da sua intenção de substituir ou reparar os bens destruídos ou danificados;
 - b) O Tomador do Seguro ou o Segurado não puder ou não quiser substituir ou reparar os bens destruídos ou danificados no mesmo ou noutro local.
- 7. Esta Condição Especial só é válida enquanto a apólice contiver uma Condição Especial de atualização automática de capitais (102 ou 103) e não prejudique o disposto na mesma.
- 8. Ficam excluídos do âmbito da cobertura conferida por esta garantia os modelos e protótipos, matrizes, fotografias, desenhos e documentos, veículos e/ou seus reboques, máquinas agrícolas e toda a classe de bens inúteis ou fora de uso e equipamentos ou maquinaria muito velhos ou obsoletos.

110 - PREJUÍZOS INDIRETOS

1. ÂMBITO DA COBERTURA

O Segurador garante o pagamento de uma indemnização complementar compensatória de prejuízos indiretos por perdas adicionais, ocasionados pela afetação da atividade do Segurado em consequência da ocorrência de um sinistro indemnizável ao abrigo das coberturas de:

- Incêndio, Ação Mecânica de Queda de Raio e Explosão
- Tempestades
- Inundações
- Danos por Água
- Queda de Aeronaves e Travessia da Barreira do Som
- Choque ou Impacto de Veículos Terrestres e/ou Animais

2. SINISTROS

- A indenização a que o Segurado tem direito por esta garantia, será calculada na base da percentagem fixada nas Condições Particulares, a incidir sobre a indenização que tiver direito a receber relativamente aos prejuízos sofridos pelos bens seguros;
 - Em caso de sinistro coberto pela apólice ocorrido durante o período de paralisação do trabalho ou de cessação do negócio, só são devidas indenizações ao abrigo desta garantia, se o Segurado continuar a pagar ao seu pessoal e o período de paralisação não exceder trinta dias de interrupção;
 - A garantia concedida por esta cobertura não é cumulativa com a Condição Especial 112 nem com qualquer outra garantia concedida através de seguros de Perdas de Exploração, com esta ou outra designação
- Fica igualmente acordado que o valor indemnizável por esta Condição Especial não poderá exceder o montante fixado nas Condições Particulares durante o período de vigência da apólice.
 - Em todo e qualquer sinistro ao abrigo desta cobertura, haverá lugar à aplicação de uma franquia, declarada nas Condições Particulares.

111 - REGIME DE FRANQUIAS

Por acordo entre as partes fica estabelecido que, em caso de sinistro, é aplicável ao conjunto dos bens seguros e das coberturas do contrato uma franquia calculada na base de função percentual do capital seguro, do valor dos danos, ou em valor absoluto, indicada nas Condições Particulares, dedutível à totalidade da indemnização pagável ao abrigo duma apólice ou conjunto de apólices identificadas nas Condições Particulares.

O rateio da franquia entre as várias apólices será feito na proporção dos prejuízos cobertos por cada uma delas.

112 - PERDAS DE EXPLORAÇÃO

- Para o efeito da presente Condição especial, entende-se por:
 - ENCARGOS PERMANENTES** - Os custos que o Segurado continuará a suportar depois de um sinistro que provoque interrupção da sua atividade, tais como: salários (incluindo contribuições para a Segurança Social), despesas fixas com água, gás, eletricidade e telefone, contribuições fiscais e rendas.
Ao Tomador do Seguro incumbe definir claramente quais os Encargos Permanentes que ficam incluídos no seguro, entendendo-se que se o não fizer no momento do preenchimento da proposta o valor a segurar representa a totalidade daqueles.
 - CUSTOS ADICIONAIS DE EXPLORAÇÃO** - Os custos extraordinários necessários e razoavelmente suportados pelo Segurado, previamente acordados com o Segurador, tendo por único fim evitar ou limitar, durante o período de indemnização, a redução do volume de negócios imputável ao sinistro e sem os quais essa redução seria inevitável.
 - LUCRO BRUTO** - O valor em que o volume de negócios acrescido dos trabalhos para a própria empresa e das existências finais do exercício económico excede o somatório das existências iniciais, das compras e outros encargos variáveis de exploração;
 - O montante de lucro bruto a coberto do presente contrato, corresponde ao produto do volume de negócios anual pela percentagem de lucro bruto mencionado nas Condições Particulares do contrato.
 - PERCENTAGEM DE LUCRO BRUTO** - Corresponde à percentagem de lucro bruto admitida para o tipo de atividade exercida pelo Segurado e indicada nas Condições Particulares.
 - LUCRO LÍQUIDO OU PREJUÍZO LÍQUIDO** - O valor em que o volume de negócios acrescido dos trabalhos para a própria empresa e da variação de produção excede os encargos totais de exploração da empresa segura nos locais designados nas

Condições Particulares. Estes encargos compreendem todos os encargos permanentes e encargos variáveis, incluindo as amortizações imputáveis ao período considerado, antes da dedução dos impostos que afetam os lucros referentes ao mesmo período.

- PERÍODO DE INDEMNIZAÇÃO** - O período de tempo durante o qual a atividade do Segurado estiver interrompida ou prejudicada em consequência de um sinistro.
O referido período inicia-se na data do sinistro e dura, ininterruptamente, o tempo necessário para o restabelecimento das condições normais de exploração, até ao limite estabelecido nas Condições Particulares.
- VOLUME DE NEGÓCIOS** - O montante total das importâncias recebidas ou a receber pelo Segurado, em contrapartida de operações no âmbito da exploração normal da empresa nas instalações designadas nas Condições Particulares, e cuja faturação (líquida de devoluções e descontos concedidos) tenha sido realizada no decurso do período considerado.
- VOLUME DE NEGÓCIOS ANUAL** - O volume de negócios realizado durante os doze meses imediatamente anteriores à data do sinistro.
- VOLUME DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA** - O volume de negócios realizado durante o período compreendido dentro dos doze meses imediatamente anteriores à data do sinistro, que correspondam ao período de indemnização.

2. ÂMBITO DA COBERTURA

2.1 O Segurador garante ao abrigo desta Condição Especial o ressarcimento dos prejuízos sofridos, durante o período de indemnização constante das Condições Particulares, Adicionais de Exploração resultantes de interrupção ou de redução da atividade do Segurado, em consequência direta de um sinistro indemnizável ao abrigo das coberturas de:

- Incêndio, Ação Mecânica de Queda de Raio e Explosão;
- Tempestades;
- Inundações;
- Danos por Água;
- Queda de Aeronaves e Travessia da Barreira do Som;
- Choque ou Impacto de Veículos Terrestres e/ou Animais.

2.2 Por acordo expresso poderá ser garantida apenas uma das partes constitutivas do Lucro Bruto, isto é:

- Encargos Permanentes ou Lucro Líquido;
- Parte dos Encargos Permanentes e o Lucro Líquido;
- Parte dos Encargos Permanentes.

3. EXCLUSÕES

Além das previstas na Cláusula 3.^a das Condições Gerais, são excluídos todos os lucros e perdas resultantes de operações financeiras ou de capitais e, de uma maneira geral, todas as operações registadas na rubrica «Resultados Extraordinários do Exercício».

4. VALOR A SEGURAR

A determinação do capital a segurar será sempre da responsabilidade do Tomador do Seguro e deverá obedecer, tanto à data da celebração do contrato como a cada momento da sua vigência, aos critérios definidos nos pontos 1 e 2 desta Condição Especial.

5. SINISTROS

5.1. O Segurado obriga-se a facultar ao Segurador os livros de contabilidade bem como quaisquer outros documentos que permitam investigar com clareza os prejuízos sofridos.

5.2. Se por qualquer motivo não houver lugar à reconstrução, quer por interesse do Tomador do Seguro ou do Segurado, quer por imposição legal, não haverá, também, lugar ao pagamento de qualquer indemnização, salvo se o Segurado ocupar outro local - com a mesma atividade - em tempo razoável e comparável com o que seria de admitir para a reconstrução do local sinistrado.

5.3. A garantia concedida por esta Condição Especial não é cumulativa com a Condição Especial 110, nem com qualquer outra garantia concedida através de seguros de Perdas de Exploração, com esta ou outra designação.

6. BASES DE INDEMNIZAÇÃO

6.1. A indemnização a que houver lugar não pode, em caso algum, exceder o montante da perda efetiva do Lucro Bruto e dos Custos Adicionais de Exploração, observando-se para efeitos do seu apuramento, os seguintes critérios:

6.1.1. Perda de Lucro Bruto - A importância resultante da aplicação da percentagem de Lucro Bruto indicada nas Condições Particulares do contrato, a quantia em que o Volume de Negócios, durante o Período de Indemnização, for inferior ao Volume de Negócios de Referência, por motivo do dano sofrido. Se em consequência do sinistro, durante o período de indemnização, se venderem mercadorias ou produtos ou se prestarem serviços, por conta e em benefício do negócio do Segurado, em qualquer outra parte fora dos locais designados nas Condições Particulares, seja pelo Tomador do Seguro ou pelo Segurado ou qualquer outra pessoa (singular ou coletiva) em seu nome, as importâncias pagas ou a pagar a respeito de tais operações ou serviços farão, igualmente, parte integrante do Volume de Negócios gerado durante o período de indemnização.

6.1.2. Custos Adicionais de Exploração - Os custos extraordinários suportados pelo Segurado, nos termos da alínea b) do ponto 1 desta Condição Especial, não podendo o seu montante, em caso algum, exceder a importância resultante da aplicação da Percentagem de Lucro Bruto, indicada nas Condições Particulares, do contrato, sobre a redução do Volume de Negócios por essa forma evitada.

Se o seguro não garantir todos os elementos constitutivos do Lucro Bruto, não serão considerados os Custos Adicionais referidos senão na relação existente entre o Lucro Bruto seguro e o Lucro Bruto real correspondente ao Volume de Negócios de Referência.

6.1.3. Deduções - Do montante total dos prejuízos calculado em função da diminuição do Volume de Negócios e do acréscimo dos custos de exploração, será deduzida a porção de todos os Encargos Permanentes seguros que o Segurado, pelo facto da ocorrência do sinistro, deixou de contrair ou liquidar em relação à Empresa segura, durante o Período de Indemnização.

6.1.4. Ajustamentos - Para a determinação do Lucro Bruto, da Percentagem de Lucro Bruto, do Volume de Negócios Anual e do Volume de Negócios de Referência, tomar-se-á em consideração a tendência geral da Empresa segura, bem como os fatores endógenos e exógenos que poderiam influir ou fazer modificar aquela tendência de forma tal que se ajustem adequadamente e se compensem as flutuações e o volume daquelas variáveis, e bem assim qualquer circunstância ou variação que, antes ou depois do sinistro, houvesse podido afetar o Volume de Negócios.

Estes ajustamentos terão por único objetivo determinar, de forma tão precisa quanto possível, os resultados que o Segurado teria conseguido obter durante o período correspondente se o sinistro não tivesse ocorrido.

6.2. Quando contratados apenas os Encargos Permanentes a indemnização corresponderá aos encargos que o Segurado seja obrigado a suportar durante a paralisação da sua atividade, em consequência do sinistro.

7. FRANQUIA

Em todo e qualquer sinistro ao abrigo desta cobertura, haverá lugar à aplicação de uma franquia temporal, declarada nas Condições Particulares, contada a partir das 0 (zero) horas do dia do sinistro.

114 - BENS EXISTENTES EM COFRE E/OU MÓVEIS FECHADOS

1. ÂMBITO DA COBERTURA

a) O Segurador garante o ressarcimento dos prejuízos causados por roubo ou furto de dinheiro amoeado, notas de banco, cheques,

letras, cautelas de penhor, cartões de crédito ou débito, ações, obrigações e quaisquer outros títulos de crédito, existentes no local de risco, desde que os mesmos se encontrem guardados em cofres embutidos em paredes ou com mais de 100 kg. de peso e/ou em móveis que sejam de difícil transporte.

b) Os bens referidos em a) ficam igualmente abrangidos por esta garantia quando transportados do Banco para o estabelecimento ou vice-versa, desde que o dito transporte seja efetuado pela pessoa que habitualmente tenha a seu cargo essa missão ou pelo proprietário da Empresa e ocorra entre as 8 horas e as 16 horas e 30 minutos.

É condição para a validade desta cobertura que:

- Durante as horas de expediente os cofres e/ou móveis referidos em 1. a) se encontrem fechados à chave e com estas fora do alcance de terceiros;
- Durante as horas de encerramento as chaves dos cofres e/ou móveis não permaneçam no local de risco.

2. EXCLUSÕES

- a) Ficam excluídos da presente garantia os bens que não se encontrem em cofres e/ou móveis fechados à chave.
- b) Salvo convenção em contrário, ficam igualmente excluídos os bens existentes em caixas registradoras.

3. VALOR SEGURO

Fica estabelecido que o capital máximo, por sinistro e anuidade, não poderá exceder o valor fixado no Quadro II anexo, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

4. FRANQUIA

Em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador pagar, o valor da franquia declarada nas Condições Particulares.

115 - AVARIA DE MÁQUINAS (INCLUINDO EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS)

1. ÂMBITO DA COBERTURA

1.1. O Segurador garante, até ao limite dos capitais fixados nas Condições Particulares, a reparação ou reposição das máquinas, que pertençam ou estejam à responsabilidade do Segurado, quando estas sejam danificadas ou destruídas súbita e imprevistamente em consequência de:

- a) Erros de manobra, imperícia ou negligência do Tomador do Seguro, do Segurado ou de pessoa ao serviço destes;
- b) Efeitos diretos de corrente elétrica, sobre tensão e sobreintensidade, curto-circuito, formação de arcos e todos os outros fenómenos elétricos, estando compreendidos os efeitos da eletricidade atmosférica;
- c) Falta de água em caldeiras ou recipientes que dela necessitem para o funcionamento normal;
- d) Vibrações, maus ajustamentos ou desprendimentos de peças, cargas anormais, fadiga molecular, ação de força centrífuga, velocidade excessiva, lubrificação defeituosa, grípagem, choque hidráulico, aquecimento excessivo, falha ou defeito dos instrumentos de proteção, medida ou regulação;
- e) Queda, choque, colisão ou introdução de corpos estranhos nos bens seguros;
- f) Defeitos de projeto, de material, erros de construção ou de montagem (salvo o disposto na alínea g) de 2.1., infra), ficando apenas cobertos os danos ou prejuízos realmente sofridos e não os custos de retificação dos erros ou defeitos que originaram o sinistro.

1.2. A presente garantia só vigorará a partir do momento em que os bens seguros se encontrem em condições de funcionamento.

Consideram-se em condições de funcionamento após os testes e ensaios no fim da montagem, mesmo que permaneçam parados, e ainda durante a desmontagem para fins de limpeza, inspeção ou reparação, bem como no decorrer destas operações e consequente remontagem.

2. EXCLUSÕES

2.1. Ficam excluídos da presente garantia os danos:

- a) Causados por defeito, falta ou vício já existentes à data da contratação do seguro, tivesse ou não o Tomador do Seguro ou o Segurado conhecimento dos mesmos;
- b) Em consequência de desgaste ou uso normal ou deterioração gradual devidos a condições atmosféricas ou influências de ordem química, térmica ou mecânica, ferrugem, corrosão, erosão, cavitação, incrustações e danos ou riscos em superfícies pintadas ou polidas;
- c) Ocorridos durante o desenvolvimento de sobrecargas intencionais ou quaisquer experiências ou ensaios que envolvam condições anormais de trabalho, com exceção dos atos tendentes a verificar a correta laboração das máquinas ou dos respetivos dispositivos de segurança;
- d) Sofridos em modelos e protótipos, e por maquinaria móvel de qualquer tipo no exterior do local de risco;
- e) Verificados em:
 - Ferramentas permutáveis ou substituíveis, tais como brocas, cortantes, lâminas e folhas de serra;
 - Formas, moldes, cunhos, matrizes, punções, revestimentos ou gravações em cilindros e rolos;
 - Partes que, pelo seu uso ou natureza, sofram elevada taxa de desgaste ou depreciação, nomeadamente superfícies para trituração ou fraturar materiais, crivos, peneiros, filtros, tubos flexíveis, juntas, cordas, esteiras, correias de transmissão, telas transportadoras ou elevadoras, cabos que não sejam condutores elétricos, escovas, baterias, pneus e materiais refratários;
 - Catalisadores e produtos inerentes à laboração, nomeadamente combustíveis, produtos químicos, substâncias de filtração, produtos de limpeza e lubrificantes, com exceção dos materiais isolantes dos equipamentos elétricos;
- f) Verificados por desenvolvimento lento de deformações, distorções, fendas, fraturas, bolhas, laminações, rachas, ranhuras ou retificação de juntas ou outras uniões defeituosas;
- g) Pelos quais os fabricantes, montadores ou fornecedores das máquinas ou instalações sejam legal ou contratualmente responsáveis, a não ser que aqueles declinem a sua responsabilidade e a causa da avaria caiba no âmbito desta cobertura, ficando, neste caso, o Segurador com direito de regresso contra esses fabricantes ou fornecedores.

2.2. Não são também indemnizáveis por esta cobertura os custos suplementares com quaisquer modificações, melhorias ou revisões ordenadas pelo Tomador do Seguro ou o Segurado no decurso de uma reparação resultante de um risco coberto.

2.3. O Segurador não responderá ainda pelos danos verificados quando as máquinas e/ou equipamentos seguros tenham, à data do sinistro, mais de 10 anos de existência.

2.4. Ficam igualmente excluídos:

- As perdas ou danos, de dados, software ou programas computacionais, nomeadamente, mas não exclusivamente, em consequência do apagamento e/ou alteração da estrutura original, mesmo em consequência de sinistro indemnizável ao abrigo da apólice, e todas as despesas extra e perdas de lucros causadas por essa perda ou dano.
- As perdas ou danos, resultantes da alteração da função, disponibilidade e acessibilidade aos dados, software ou programas computacionais, mesmo em consequência de sinistro indemnizável ao abrigo da apólice e todas as despesas extra e perdas de lucros causadas por essa perda ou dano.

3. BENS SEGUROS

A presente cobertura apenas garantirá as máquinas cuja classe, marca, modelo, ano de fabrico e valor estejam mencionadas na descrição da rubrica «AVARIA DE MÁQUINAS».

Relativamente a instalações e equipamentos eletrónicos será condição indispensável, para a validade desta cobertura, a existência de um Contrato de Manutenção celebrado entre o Tomador do Seguro ou o Segurado e o fabricante, fornecedor ou firma especializada, pelo qual estes se obriguem à periódica manutenção dos bens e verificação, a intervalos regulares, do seu estado de funcionamento.

4. VALOR SEGURO

O valor a segurar, fixado para cada uma das máquinas abrangidas por esta cobertura, não deve ser inferior ao seu valor de substituição por outro bem, em novo, com idênticas características, capacidade e rendimento, acrescido das despesas com fretes, montagem, impostos e direitos alfandegários, se os houver e em geral qualquer outra despesa que incida sobre o dito valor.

5. BASES DE INDEMNIZAÇÃO

Em consequência de qualquer sinistro abrangido por esta cobertura, o Segurador indemnizará o Segurado, nas seguintes condições:

5.1. Quando o dano verificado tiver reparação serão indemnizadas as despesas necessárias para repor o bem no estado em que se encontrava imediatamente antes de se verificar o acidente, bem como os encargos com a montagem e desmontagem para efeitos de reparação, e ainda o frete normal de transporte para uma oficina e saída desta, os impostos alfandegários e/ou direitos aduaneiros se os houver, desde que tais encargos tenham sido considerados no capital seguro.

Se o custo da reparação for igual ou superior ao valor real do bem seguro, à data do sinistro, a liquidação far-se-á com base no ponto seguinte.

5.2. Quando o bem seguro for totalmente destruído, a indemnização será baseada no valor real, à data do sinistro, e até à quantia declarada, para esse bem, na descrição da rubrica «AVARIA DE MÁQUINAS». Considerar-se-ão ainda, incluídas as despesas de embalagem, frete normal e montagem, assim como impostos alfandegários se os houver, desde que tais despesas tenham sido consideradas no capital seguro.

5.3. O Segurador só liquidará as indemnizações devidas depois de estar de posse das faturas e/ou documentos comprovativos dos custos das reparações ou substituições efetuadas.

6. FRANQUIA

Fica estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, a indemnização que couber ao Segurador liquidar, o valor da franquia declarada nas Condições Particulares.

116 - DETERIORAÇÃO DE BENS REFRIGERADOS

NOTA: Esta cobertura é complementar, só podendo ser contratada conjuntamente com a "115-Avaria de Máquinas".

1. ÂMBITO DA COBERTURA

O Segurador garante o pagamento das indemnizações por danos acontecidos aos produtos existentes em câmaras frigoríficas, em consequência de deterioração ou putrefação súbita e imprevista causada por:

- a) Alteração de temperatura da câmara, resultante de uma avaria do frigorífico devida a um defeito inerente ao mesmo;
- b) Fuga fortuita do refrigerante ou gás refrigerante.

2. EXCLUSÕES

O Segurador não responderá por:

2.1. Qualquer perda ou dano em consequência de:

- a) Atos dolosos ou negligentes do Tomador do Seguro ou do Segurado e/ou seus empregados;
- b) Falha do fornecimento de energia ou quebra de tensão.

2.2. Perda ou dano do conteúdo das câmaras frigoríficas quando:

- a) Não existir contrato de manutenção e assistência para as mesmas;
- b) As referidas câmaras tenham, à data do sinistro, mais de 10 anos de existência.

3. FRANQUIA

Fica estabelecido que em cada sinistro haverá sempre que deduzir, à indemnização que couber ao Segurador pagar, o valor da franquia declarada nas Condições Particulares.

117 - BENS TRANSPORTADOS**1. ÂMBITO DA COBERTURA**

Esta cobertura garante os danos materiais que sofram as mercadorias sobre as quais o Segurado tenha título de propriedade ou outro interesse segurável e estejam relacionadas com a atividade desenvolvida pela Empresa segura, durante o seu transporte, por território nacional, em veículos de circulação terrestre, propriedade do Segurado, desde o momento em que o veículo inicia o transporte das mercadorias até ao seu destino, em consequência de:

- a) Incêndio, Ação Mecânica de Queda de Raio e Explosão, exceto combustão espontânea;
- b) Acidentes do meio de transporte que se verifiquem por quedas em valas, barrancos, precipícios, rios ou mar, colisão ou choque com outro corpo fixo ou móvel, capotamento, chuvas ou neves tempestuosas, aludes, avalanches, aluimentos ou desprendimentos de terras, montanhas ou rochas, desmoronamento de edifícios, pontes, túneis e outras construções e alagamento súbito das vias rodoviárias;
- c) Perda total da embarcação, naufrágio, abaloamento, colisão ou abordagem que se verifique durante o eventual trânsito do veículo transportador a bordo de embarcações para travessia de superfícies fluviais ou marítimas;
- d) Roubo praticado com violência ou ameaça de violência, devidamente comprovada, sobre as pessoas que ocupem o veículo utilizado para o transporte;
- e) Incêndio quando, estando as mercadorias depositadas no veículo, este se encontre ocasionalmente, e por um período não superior a 72 horas, em garagem ou parque fechado.

O Segurador reembolsará, ainda, as despesas justificadas em que o Segurado tenha razoavelmente incorrido para o salvamento ou reexpedição das mercadorias seguras em consequência de um sinistro ao abrigo desta cobertura, até à concorrência do valor indicado como limite de indemnização no Quadro II anexo às Condições Gerais da apólice.

2. EXCLUSÕES

2.1. Ficam excluídos do âmbito desta cobertura os danos em consequência de, ou sofridos por:

- a) Mercadorias corrosivas, inflamáveis e/ou explosivas;
- b) Joias, pedras e/ou metais preciosos, coleções, livros raros, quadros, móveis artísticos e, em geral, todos os objetos que tenham valor especial ou estimativo;
- c) Atrasos no transporte, vício próprio das mercadorias, deficiência ou insuficiência de acondicionamento ou embalagem e quebras naturais das mesmas;
- d) Sinistros causados por má fé ou negligência grave do Tomador do Seguro ou do Segurado ou de pessoas que deles dependam ou com eles coabitem, ou por quem eles sejam civilmente responsáveis;
- e) Infrações à regulamentação de expedição assim como de importação, exportação ou de trânsito. Contrabando e comércio, ou atividade ou tráficos proibidos, clandestinos ou ilegais;
- f) Detenção, embargo, apreensão ou confiscação por providência judicial ou administrativa, carência de documentos ou de requisitos para a livre circulação das mercadorias;
- g) Atos político-sociais devidos a motins, distúrbios, sabotagens, terrorismo, greves, «lock-out» ou boicote, guerra civil ou internacional, declarada ou não, levantamentos populares ou militares, insurreição, rebelião, revolução ou operações bélicas de qualquer espécie;
- h) Acontecimentos qualificados pelo poder público de «catástrofe ou calamidade nacional»;
- i) Qualquer facto ou acontecimento que não esteja expressamente mencionado nas alíneas a) e e) do ponto 1.

2.2. Ficam ainda excluídas desta cobertura as mercadorias transportadas por Empresas de Transporte de Aluguer, bem como:

- Transporte de frutas frescas
- Transporte de peixes frescos
- Transporte de animais vivos
- Transporte de ovos
- Transporte de bebidas engarrafadas.

3. BENS SEGUROS

A presente cobertura apenas garantirá os bens que:

- Estejam mencionados na descrição da rubrica «Bens Transportados»;
- Se encontrem dentro de um dos veículos previamente indicados pelo Segurado, para o transporte.

4. VALOR SEGURO

O valor dos bens a transportar anualmente ao abrigo desta cobertura será o indicado nas Condições Particulares.

O valor máximo a transportar por veículo é o constante no Quadro II, salvo acordo expresso em contrário nas Condições Particulares.

Sempre que o valor transportado por veículo seja superior ao montante referido, o Tomador do Seguro deverá contratar uma apólice específica do Ramo Transportes, na ausência da qual, em caso de sinistro, se aplicará a Regra Proporcional.

DECLARAÇÃO DE INTERESSE DE TERCEIROS

Aplicável a este contrato se o correspondente número for especialmente indicado nas Condições Particulares da apólice.

103. O pagamento dos prémios será efetuado pela referida credora hipotecária, enquanto durar o seu interesse neste seguro.
104. Para os efeitos do acordo com a entidade mencionada no contrato, declara-se que aquela instituição tem interesse neste seguro na qualidade de credora privilegiada.
105. A entidade mencionada no contrato tem interesse neste seguro na qualidade de 1.ª Beneficiária.
117. O Tomador do Seguro ou o Segurado, se forem pessoas diferentes, subscreve o presente contrato a favor da Locadora mencionada, proprietária dos bens seguros, não podendo o mesmo ser alterado ou anulado sem o seu prévio conhecimento, nem ser paga qualquer indemnização por sinistro sem a sua intervenção.